

banrisul

Demonstrações Financeiras

Setembro de 2025

Sumário

Press Release	3
Análise de Desempenho	9
Relatório da Administração	24
Balanco Patrimonial	36
Demonstração do Resultado	38
Demonstração do Resultado Abrangente	39
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	40
Demonstração dos Fluxos de Caixa	41
Demonstração do Valor Adicionado	42
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	43
Nota 01 – Contexto Operacional.....	43
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	43
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	52
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	64
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos.....	65
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	86
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	86
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	86
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	87
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	88
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros.....	93
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	95
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	95
Nota 14 – Outros Ativos	96
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	96
Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas.....	97
Nota 17 – Imobilizado de Uso	98
Nota 18 – Intangível	99
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	100
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros.....	102
Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	102
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	102
Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	104
Nota 24 – Outros Passivos	106
Nota 25 – Patrimônio Líquido.....	106
Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços	108
Nota 27 – Despesas de Pessoal.....	108
Nota 28 – Outras Despesas Administrativas.....	108
Nota 29 – Outras Receitas Operacionais	109
Nota 30 – Outras Despesas Operacionais.....	109
Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	109
Nota 32 – Lucro por Ação	110
Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados.....	110
Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	123
Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas.....	124
Nota 36 – Outras Informações	126
Relatórios	127
Parecer do Conselho Fiscal.....	127
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	128

Press Release

Apresentamos a seguir, de forma sintética, o desempenho do Banrisul nos primeiros nove meses e terceiro trimestre de 2025.

Ambiente de Negócios

O ambiente global tem se caracterizado pela surpresa em relação à demora nos efeitos das novas políticas tarifárias dos Estados Unidos (EUA) sobre a economia americana. As projeções de crescimento do PIB global giram em torno de 2,8% para 2025, impulsionado pela resiliência de países emergentes, enquanto EUA, Japão e Europa devem desacelerar. A Argentina pode crescer 5%, o que favorece a demanda por produtos brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul.

No Brasil, há sinais de moderação no ritmo de crescimento do PIB, que cresceu 2,2% no segundo trimestre ante 2,9% no primeiro trimestre. A inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, apresenta uma tendência ainda irregular de desaceleração, tendo acumulado alta de 5,1% em 12 meses até agosto deste ano.

No Rio Grande do Sul (RS), por sua vez, os dados do PIB do segundo trimestre de 2025, divulgados pelo governo do Estado, apontaram queda de 2,7%, tanto em relação ao trimestre anterior quanto na comparação com o mesmo período de 2024. Entre os setores, a agropecuária encolheu 23,9%, enquanto a indústria gaúcha cresceu 4,0%, liderado pelo setor de transformação que se expandiu 7,6%, e o setor de serviços cresceu 2,4%, com avanços relevantes em transportes, armazenagem e correio, outros serviços e comércio.

O mercado de crédito no RS apresentou crescimento mais acelerado que a média nacional em agosto de 2025 (12,0% *versus* 10,1%), com destaque para as concessões às empresas, que cresceram 15,0%. A taxa média de inadimplência no sistema financeiro gaúcho avançou para 3,5%, mas permaneceu ainda abaixo da média nacional, estimada em 3,9% até agosto deste ano.

Nossa carteira de crédito alcançou R\$64.068,1 milhões em setembro de 2025, com destaque para o crédito comercial e financiamentos de longo prazo. Em 2025 implementamos um novo conceito de atendimento voltado para clientes pessoa jurídica (PJ), com foco na qualificação do relacionamento e na oferta de produtos e serviços especializados, de maneira ágil e aderente ao segmento, reforçando a assertividade na concessão de crédito. A Conta Única permanece sendo destaque da carteira PJ. No agronegócio, o trimestre foi marcado pelo início do novo Plano Safra 2025/26 com liberações alinhadas à demanda da nova safra, bem como pela atuação do Banrisul em prorrogações e renegociações através das medidas de apoio anunciadas pelo Governo Federal na Medida Provisória n.º 1.314/25. A carteira de câmbio alcançou R\$2.379,8 milhões e tem apresentado avanços consistentes, refletidos no crescimento expressivo de 45,8% em comparação a setembro/2024 e na qualidade da carteira que mantém baixo índice de inadimplência.

A Vero credenciou mais de 2,6 mil novos estabelecimentos neste 3T2025, e se consolida como uma solução não apenas de pagamento, mas também de gestão, controle e crescimento para o negócio através de ferramentas como o aplicativo **Vero Gestão**, que coloca o controle financeiro na mão do empreendedor oferecendo dados e soluções em tempo real.

No âmbito do fortalecimento da estrutura de capital, neste 3T2025 foram concluídas a terceira e a quarta emissões de Letras Financeiras Subordinadas, nos montantes de R\$ 700 milhões e R\$ 300 milhões, respectivamente, que representam instrumentos estratégicos de captação de recursos.

Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado R\$ Milhões	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Margem Financeira	4.788,5	4.352,9	1.605,5	1.640,6	1.446,9	10,0%	11,0%	-2,1%
Perdas Líquidas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito	(710,5)	(683,5)	(191,4)	(184,3)	(211,6)	4,0%	-9,5%	3,8%
Receitas de Prestação de Serviços	1.579,1	1.558,7	532,2	525,5	529,9	1,3%	0,4%	1,3%
Despesas Administrativas	(3.589,0)	(3.472,1)	(1.229,5)	(1.200,1)	(1.216,8)	3,4%	1,0%	2,4%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(420,4)	(385,3)	(165,8)	(131,7)	(120,6)	9,1%	37,6%	26,0%
Outras Receitas / (Despesas Operacionais)	(38,9)	(183,4)	(4,4)	1,7	50,3	-78,8%	-91,2%	-361,7%
Lucro Líquido	948,0	632,1	328,8	377,7	197,3	50,0%	66,7%	-12,9%
Principais Itens Patrimoniais R\$ Milhões	Set 2025	Set 2024	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024	Set2025/ Set2024	Set2025/ Dez2024	Set2025/ Jun2025
Ativos Totais	158.504,4	141.976,5	158.504,4	156.054,2	147.417,9	11,6%	7,5%	1,6%
Tesouraria ⁽¹⁾	48.419,2	41.666,7	48.419,2	46.811,2	39.801,8	16,2%	21,7%	3,4%
Operações de Crédito ⁽²⁾	64.068,1	57.669,9	64.068,1	64.018,3	62.058,9	11,1%	3,2%	0,1%
Provisão para Perdas Esperada Assoc. ao Risco de Crédito	(3.685,9)	(2.577,9)	(3.685,9)	(3.537,2)	(2.600,5)	43,0%	41,7%	4,2%
Créditos em Atraso ⁽³⁾	1.632,9	1.197,4	1.632,9	1.387,7	1.072,0	36,4%	52,3%	17,7%
Recursos Captados e Administrados	127.789,4	111.954,0	127.789,4	123.982,0	116.129,2	14,1%	10,0%	3,1%
Patrimônio Líquido	10.877,6	10.257,5	10.877,6	10.648,9	10.413,7	6,0%	4,5%	2,1%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	13.052,4	11.113,7	13.052,4	11.759,4	11.564,6	17,4%	12,9%	11,0%
Principais Inf. do Mercado Acionário R\$ Milhões	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos ⁽⁴⁾	356,4	221,1	110,0	156,4	50,0	61,2%	120,0%	-29,7%
Valor de Mercado	4.887,2	4.731,8	4.887,2	4.731,8	4.731,8	3,3%	3,3%	3,3%
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	26,60	25,08	26,60	26,04	25,08	6,0%	6,0%	2,1%
Preço Médio da Ação (R\$) ⁽⁵⁾	10,93	12,37	11,10	11,37	11,86	-11,7%	-6,4%	-2,4%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,32	1,55	0,80	0,92	0,48	50,0%	66,7%	-13,0%
Índices Financeiros	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024			
ROAA Ajustado Anualizado ⁽⁶⁾	0,8%	0,6%	0,8%	1,0%	0,6%			
ROAE Ajustado Anualizado ⁽⁷⁾	11,9%	8,5%	12,2%	14,3%	7,8%			
Índice de Eficiência Ajustado ⁽⁸⁾	62,2%	65,0%	62,2%	63,4%	65,0%			
Índice de Inadimplência ⁽⁹⁾	2,55%	2,08%	2,55%	2,17%	2,08%			
Índice de Cobertura ⁽¹⁰⁾	225,7%	215,3%	225,7%	254,9%	215,3%			
Índice de Provisionamento ⁽¹¹⁾	5,8%	4,5%	5,8%	5,5%	4,5%			
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	17,9%	17,9%	17,9%	16,2%	17,9%			
Indicadores Estruturais	Set 2025	Set 2024	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024			
Agências ⁽¹²⁾	480	492	480	477	477			
Postos de Atendimento	113	120	113	113	115			
Postos de Atendimento Eletrônico	340	379	340	313	360			
Colaboradores	9.180	9.346	9.180	9.266	9.462			
Indicadores Econômicos	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024			
Selic Efetiva Acumulada	10,36%	7,99%	3,70%	3,33%	2,63%			
Variação Cambial (%)	-11,97%	13,16%	-3,24%	-3,48%	2,83%			
IGP-M	-0,94%	2,63%	0,01%	-1,92%	1,53%			
IPCA	3,64%	3,31%	0,63%	0,93%	0,80%			

(1) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades e deduz as obrigações compromissadas.

(2) Inclui, a partir de 2025, as debêntures com característica de concessão de crédito, no âmbito da implementação do novo COSIF 1.5, e a resolução CMN nº 4.966/21; a partir de janeiro de 2025, está incluso o valor do custo de origemação, referente aos correspondentes bancários.

(3) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos acima de 90 dias até 360 dias.

(4) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(5) Cotações já ajustadas por proventos, inclusive dividendos.

(6) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(7) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(8) (Despesas de pessoal + outras despesas administrativas) ÷ (margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais – despesas cíveis, fiscais e trabalhistas)). Considera receitas e despesas nos últimos 12 meses.

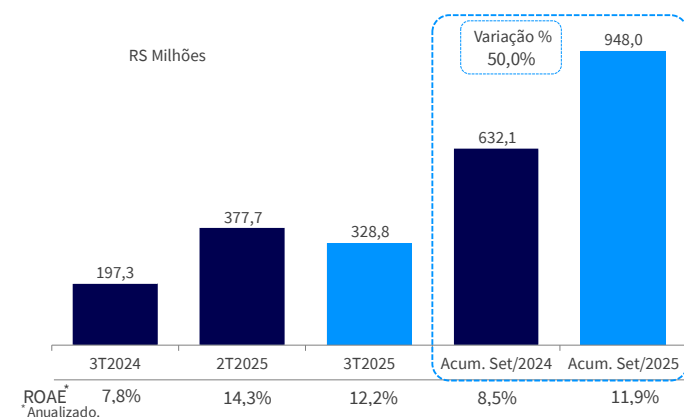
(9) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos acima de 90 dias até 360 dias ÷ Operações de Crédito.

(10) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos acima de 90 dias até 360 dias.

(11) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

(12) O critério adotado para a quantidade de agências baseia-se nos endereços fixos das unidades.

Destaques Financeiros



O **lucro líquido** alcançou **R\$948,0 milhões** nos 9M2025, um aumento de 50,0% ou R\$315,8 milhões frente ao lucro líquido dos 9M2024, refletindo especialmente: (i) aumento da margem financeira, (ii) aumento das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, (iv) moderado aumento das despesas administrativas, (v) resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais, (vi) aumento nas provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e (vii) consequente efeito

tributário.

Frente ao 2T2025, o lucro líquido do 3T2025 apresentou redução de 12,9% ou R\$48,9 milhões, desempenho que reflete especialmente a redução da margem financeira e o aumento das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, ainda que as receitas de prestação de serviços tenham crescido.

A **margem financeira** nos 9M2025 totalizou **R\$4.788,5 milhões**, com aumento de 10,0% ou R\$435,6 milhões frente aos 9M2024, trajetória que reflete, em especial, o crescimento das receitas com juros mais expressivo do que o aumento das despesas com juros, em um contexto de aumento da Taxa Selic efetiva e aumento no volume de operações de crédito.

A **margem financeira sobre ativos rentáveis** anualizada dos 9M2025, 4,55%, apresentou redução de 0,54 p.p. em relação aos 9M2024.

Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo de provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de *rating*: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As **perdas esperadas associadas ao risco de crédito**, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, dos 9M2025 apresentaram crescimento de 4,0% ou R\$27,0 milhões frente aos 9M2024, refletindo, especialmente, o incremento das operações em atraso e da carteira de crédito. Frente ao 2T2025, o 3T2025 registrou aumento de 3,8% ou R\$7,1 milhões, tendo como principal fator o aumento das operações em atraso, em um cenário de estabilidade da carteira de crédito.

As **receitas de prestação de serviços** nos 9M2025 apresentaram aumento de 1,3% ou R\$20,5 milhões frente aos 9M2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo aumento das receitas de cartão de crédito, de administração de fundos e de corretagem de seguros, minimizadas em parte pela redução das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos e da Banrisul Consórcios. O 3T2025 apresentou aumento das receitas de prestação de serviços em 1,3% ou R\$6,7 milhões quando comparado com o 2T2025, influenciada principalmente pelo crescimento das receitas com administração de fundos.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços – R\$ Milhões

	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Administração de Fundos	102,3	83,9	38,7	33,4	29,4	21,9%	31,4%	15,8%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	394,5	424,5	127,9	131,8	147,0	-7,1%	-13,0%	-2,9%
Cartão de Crédito	182,1	159,8	61,5	61,5	55,0	13,9%	11,9%	0,0%
Cobrança e Serviços de Custódia	42,0	40,3	14,5	13,8	14,5	4,2%	-0,1%	5,1%
Comissões de Corretagem de Seguros	228,1	215,4	78,7	75,0	73,0	5,9%	7,9%	5,0%
Serviços de Conta Corrente	458,7	452,4	154,9	151,5	149,6	1,4%	3,6%	2,3%
Administração de Consórcio	89,7	105,5	27,3	31,4	34,4	-14,9%	-20,5%	-13,1%
Demais Receitas ⁽¹⁾	81,7	76,8	28,7	27,2	27,1	6,4%	5,9%	5,6%
Total	1.579,1	1.558,7	532,2	525,5	529,9	1,3%	0,4%	1,3%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação e resultado de prestação de serviços cambiais.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, nos 9M2025, apresentaram aumento de 3,4% ou R\$116,9 milhões frente as despesas administrativas acumuladas nos 9M2024, e de 2,4% ou R\$29,3 milhões no comparativo entre o 3T2025 e o 2T2025.

As despesas de pessoal apresentaram aumento de 5,7% ou R\$107,5 milhões na comparação entre o acumulado nos 9M2025 e o mesmo período de 2024, influenciadas, principalmente, pelos acordos coletivos da categoria; enquanto as outras despesas administrativas apresentaram relativa estabilidade. Na comparação entre o 3T2025 e o 2T2025, as despesas de pessoal apresentaram relativa estabilidade, enquanto as outras despesas administrativas apresentaram aumento de 4,6% ou R\$24,1 milhões, influenciadas, especialmente, pelo incremento das despesas com propaganda e publicidade, com processamento de dados e com serviços técnicos especializados, e minimizadas, em parte, pela redução das despesas com aluguéis e condomínios, devido à mudança de normativo (Resolução CMN n.º 4.975/21 que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro com consequente redução nestas despesas).

Composição das Despesas Administrativas – R\$ Milhões

	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Despesas de Pessoal	1.993,9	1.886,4	679,8	674,6	649,8	5,7%	4,6%	0,8%
Outras Despesas Administrativas	1.595,0	1.585,7	549,7	525,5	567,1	0,6%	-3,1%	4,6%
Amortização e Depreciação	301,5	237,1	101,9	99,6	81,2	27,1%	25,4%	2,3%
Água, Energia e Gás	24,2	22,0	7,5	6,9	7,0	9,7%	6,1%	8,8%
Aluguéis e Condomínios	34,3	122,8	6,7	11,3	42,8	-72,0%	-84,3%	-40,6%
Comunicações	55,1	43,3	17,9	19,6	16,3	27,2%	10,0%	-8,8%
Manutenção e Conservação de Bens	89,2	62,2	32,1	26,8	24,3	43,4%	32,5%	19,7%
Materiais	7,9	7,6	2,6	3,0	2,7	3,5%	-6,4%	-14,5%
Processamento de Dados	202,5	193,4	74,1	65,3	59,9	4,7%	23,6%	13,3%
Propaganda, Promoções e Publicidade	126,8	125,8	47,8	38,3	45,1	0,8%	6,0%	25,1%
Serviços de Terceiros	363,6	387,1	122,1	124,8	133,3	-6,1%	-8,4%	-2,1%
Serviços Técnicos Especializados	172,3	156,7	66,6	58,7	60,2	10,0%	10,7%	13,4%
Serviço de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	104,1	101,1	34,9	36,1	35,5	2,9%	-1,6%	-3,2%
Serviços do Sistema Financeiro	31,8	34,2	10,8	10,8	12,2	-6,9%	-11,4%	0,1%
Demais Despesas	81,7	92,3	24,6	24,3	46,6	-11,5%	-47,1%	1,5%
Total	3.589,0	3.472,1	1.229,5	1.200,1	1.216,8	3,4%	1,0%	2,4%

O **índice de eficiência** alcançou 62,2% nos doze meses acumulados até setembro/2025, frente a 65,0% dos doze meses acumulados até setembro/2024, refletindo, principalmente, o aumento de 11,7% na margem financeira, crescimento de 2,5% nas receitas de prestação de serviços, e aumento de 19,6% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, frente ao aumento de 4,3% nas despesas administrativas.

Destaques Operacionais

Os **ativos totais** alcançaram R\$158.504,4 milhões em setembro de 2025, com incremento de 11,6% frente ao mês de setembro de 2024, de 7,5% na comparação com dezembro de 2024 e aumento de 1,6% frente ao mês de junho de 2025. Os principais componentes de ativo e passivo serão comentados na sequência.

As **aplicações em tesouraria** (títulos e valores mobiliários - TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$71.474,8 milhões em setembro de 2025. Subtraídas das operações compromissadas, as aplicações em tesouraria apresentaram incremento de R\$6.752,4 milhões na comparação com setembro de 2024, de R\$8.617,3 milhões frente a dezembro de 2024 e de R\$1.607,9 milhões frente a junho de 2025, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos a prazo e dos recursos em letras, em um contexto de aumento da carteira de crédito e do cumprimento dos recolhimentos compulsórios no Bacen.

A **carteira de crédito** do Banrisul alcançou R\$64.068,1 milhões em setembro de 2025. As **operações de crédito** registraram aumento de 11,1% ou R\$6.398,2 milhões frente a setembro de 2024, e 3,2% ou R\$2.009,2 frente a dezembro de 2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, financiamento de longo prazo e câmbio, embora minimizado pela redução do crédito rural. Frente a junho de 2025, as operações de crédito registraram relativa estabilidade.

Demonstrativo da Carteira de Crédito – R\$ Milhões

	Set 2025	% Total Crédito	Jun 2025	Dez 2024	Set 2024	Set 2025/ Set 2024	Set 2025/ Dez 2024	Set 2025/ Jun 2025
Câmbio	2.379,8	3,7%	2.320,6	2.116,0	1.632,0	45,8%	12,5%	2,6%
Comercial ⁽¹⁾	39.396,2	61,5%	39.248,5	37.677,8	35.324,1	11,5%	4,6%	0,4%
Pessoa Física	28.996,7	45,3%	29.246,8	28.579,1	26.798,3	8,2%	1,5%	-0,9%
Consignado	20.035,0	31,3%	20.630,7	20.882,4	19.818,9	1,1%	-4,1%	-2,9%
Outros	8.961,7	14,0%	8.616,1	7.696,7	6.979,4	28,4%	16,4%	4,0%
Pessoa Jurídica	10.305,9	16,1%	10.001,7	9.098,7	8.525,8	20,9%	13,3%	3,0%
Capital de Giro	6.176,7	9,6%	6.136,0	5.999,0	6.119,3	0,9%	3,0%	0,7%
Outros	4.129,1	6,4%	3.865,7	3.099,7	2.406,5	71,6%	33,2%	6,8%
Financiamento de Longo Prazo	2.529,7	3,9%	2.524,9	2.014,8	864,2	192,7%	25,6%	0,2%
Imobiliário	6.512,4	10,2%	6.552,1	6.549,1	6.370,3	2,2%	-0,6%	-0,6%
Rural	13.249,9	20,7%	13.372,2	13.701,2	13.479,2	-1,7%	-3,3%	-0,9%
Total	64.068,1	100,0%	64.018,3	62.058,9	57.669,9	11,1%	3,2%	0,1%

(1) Inclui custo de origemação por meio dos correspondentes bancários; inclui Arrendamento Mercantil.

O volume concedido em ativos de crédito nos 9M2025 foi de R\$40.664,3 milhões, e apresentou crescimento de 4,7% ou R\$1.841,3 milhões frente ao volume concedido nos 9M2024, refletindo, especialmente, o aumento no volume de crédito concedido na carteira comercial pessoa jurídica, minimizado em parte pela redução na concessão de crédito rural que, por sua vez, também influenciou a redução de 6,7% ou R\$1.004,9 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024. Frente ao 2T2025, o volume concedido foi superior em 4,7% ou R\$637,7 milhões, influenciado principalmente pelo crescimento do volume concedido no crédito comercial pessoa física e no crédito rural, minimizado pela redução no volume concedido no crédito comercial pessoa jurídica.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento – R\$ Milhões

	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Câmbio	2.358,7	1.769,4	685,7	938,4	570,9	33,3%	20,1%	-26,9%
Comercial	32.925,6	30.081,9	11.564,0	10.966,8	11.285,9	9,5%	2,5%	5,4%
Pessoa Física	19.451,9	20.354,2	6.996,1	6.124,5	7.730,3	-4,4%	-9,5%	14,2%
Pessoa Jurídica	13.473,7	9.727,7	4.567,8	4.842,3	3.555,6	38,5%	28,5%	-5,7%
Financiamento de Longo Prazo	504,3	418,3	123,6	116,8	300,5	20,6%	-58,9%	5,8%
Imobiliário	543,9	973,6	158,1	168,5	361,7	-44,1%	-56,3%	-6,1%
Rural	4.331,8	5.579,8	1.549,9	1.253,1	2.567,3	-22,4%	-39,6%	23,7%
Total	40.664,3	38.823,0	14.081,3	13.443,6	15.086,2	4,7%	-6,7%	4,7%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

O **índice de inadimplência** representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 2024 e a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas acima de 90 dias até 360 dias, em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de setembro de 2025, 2,55% das operações de crédito, apresentou aumento de 0,47 p.p. em doze meses, de 0,82 p.p. em nove meses e de 0,38 p.p. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 360 dias apresentou aumento de 36,4% em doze meses, de 52,3% em nove meses e de 17,7% em três meses. A **provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** apresentou crescimento de 43,0% em doze meses e de 41,7% em nove meses, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21, que substituiu o modelo de provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3, a partir de 2025. Frente ao trimestre anterior, o aumento foi de 4,2% devido ao crescimento das operações em atraso, em um contexto de relativa estabilidade da carteira de crédito.

Indicadores de Qualidade do Crédito - %

	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024	Set 2024
Índice de Inadimplência ⁽¹⁾	2,55%	2,17%	1,73%	2,08%
Índice de Cobertura ⁽²⁾	225,7%	254,9%	242,6%	215,3%
Índice de Provisionamento ⁽³⁾	5,8%	5,5%	4,2%	4,5%

(1) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos acima de 90 dias até 360 dias ÷ Operações de Crédito.

(2) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos acima de 90 dias até 360 dias.

(3) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$127.789,4 milhões em setembro de 2025, com aumento de R\$15.835,4 milhões em comparação com setembro de 2024 e de R\$11.660,2 milhões em comparação com dezembro de 2024, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento dos depósitos e dos recursos em letras. Frente a junho de 2025, houve aumento de R\$3.807,4 milhões refletindo, em especial, o crescimento dos depósitos e dos recursos administrados.

Recursos Captados e Administrados – R\$ Milhões

	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024	Set 2024	Set 2025/ Set 2024	Set 2025/ Dez 2024	Set 2025/ Jun 2025
Depósitos	95.582,2	92.711,9	88.194,9	85.041,9	12,4%	8,4%	3,1%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	10.002,1	9.742,8	7.358,3	6.878,5	45,4%	35,9%	2,7%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.607,7	1.663,3	1.880,7	1.645,2	-2,3%	-14,5%	-3,3%
Total Recursos Captados	107.191,9	104.118,0	97.433,9	93.565,6	14,6%	10,0%	3,0%
Recursos Administrados	20.597,5	19.864,0	18.695,4	18.388,4	12,0%	10,2%	3,7%
Total Recursos Captados e Administrados	127.789,4	123.982,0	116.129,2	111.954,0	14,1%	10,0%	3,1%

(1) Letras Financeiras, Letras Financeiras Subordinadas, Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

(2) Refere-se à captação externa subordinada.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$10.877,6 milhões em setembro de 2025, com aumento de 6,0% ou R\$620,1 milhões frente a setembro de 2024, e de 4,5% ou R\$463,9 milhões no comparativo com dezembro de 2024. As trajetórias refletem, especialmente, a incorporação de resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21. Frente a junho de 2025, o PL apresentou crescimento de 2,1% ou R\$228,7 milhões, influenciado principalmente pela incorporação de resultados gerados e os pagamentos de juros sobre o capital próprio.

Em **impostos e contribuições próprios**, o Banrisul recolheu e provisionou R\$982,0 milhões nos 9M2025. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$803,9 milhões no período.

Guidance

As perspectivas divulgadas do *Guidance* em 31 de dezembro de 2024 estão mantidas, conforme tabela a seguir.

	Ano 2025 Projetado
Carteira de Crédito Total	6% a 10%
Margem Financeira ⁽¹⁾	7% a 12%
Custo de Crédito ⁽²⁾	1,2% a 2,2%
Despesas Administrativas ⁽³⁾	7% a 11%

(1) Excluídas as Receitas de Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo.

(2) Despesas de Provisão para Perdas de Crédito líquidas das Receitas de Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo.

(3) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

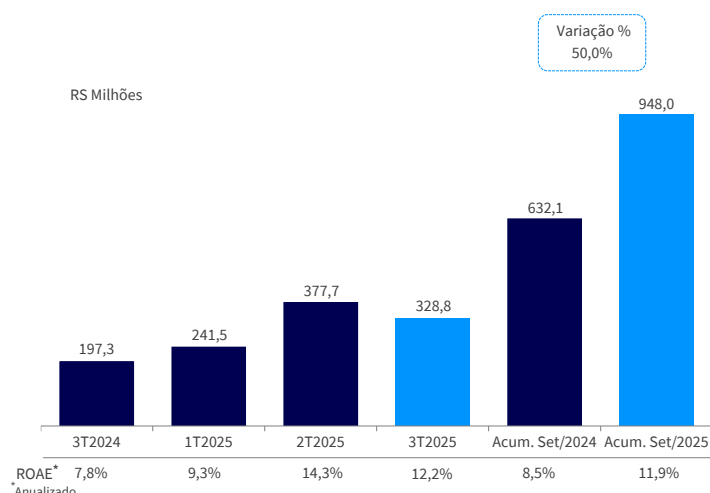
As informações refletem os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviços da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no mix de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Guidance* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não o atualizar mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Porto Alegre, 14 de novembro de 2025.

Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa aos nove meses e terceiro trimestre de 2025.

Lucro Líquido



O lucro líquido dos 9M2025 totalizou R\$948,0 milhões e apresentou elevação de 50,0% ou R\$315,8 milhões frente ao lucro líquido dos 9M2024, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira, em R\$435,6 milhões; (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, em R\$27,0 milhões; (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, em R\$20,5 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas, em R\$116,9 milhões; (v) resultado favorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$144,5 milhões; (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$35,1 milhões, e (vii) consequente efeito tributário.

O lucro líquido do 3T2025 totalizou R\$328,8 milhões e apresentou elevação de 66,7% ou R\$131,5 milhões frente ao 3T2024, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira em R\$158,6 milhões, (ii) redução das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, em R\$20,1 milhões, (iii) moderado aumento das despesas administrativas em R\$12,6 milhões, (iv) resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais, em R\$45,8 milhões, (v) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$45,3 milhões, e (vi) consequente efeito tributário.

Frente ao 2T2025, o lucro líquido do 3T2025 apresentou diminuição de 12,9% ou R\$48,9 milhões, refletindo especialmente (i) redução da margem financeira em R\$35,1 milhões; (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$7,1 milhões; (iii) elevação das receitas de prestação de serviços em R\$6,7 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas, em R\$29,3 milhões; (v) resultado desfavorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$6,1 milhões; (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$34,2 milhões; e (vii) consequente efeito tributário.

Margem Financeira Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas. As rendas de clientes que apresentam operações de créditos vencidas acima de 90 dias, que são considerados créditos problemáticos, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas; até o ano de 2024, o reconhecimento das rendas de operações de crédito cessava em operações vencidas acima de 60 dias. Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez e os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, reconhecidos em base pro rata die. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A margem sobre ativos rentáveis reduziu 0,54 pp. na comparação entre os 9M2025 e os 9M2024, alcançando 4,55% nos 9M2025. Os ativos médios rentáveis aumentaram 23,2% enquanto os passivos onerosos apresentaram crescimento de 18,9%.

A variação cambial e a elevação da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

No que se refere à estrutura, dentre os ativos rentáveis, destacam-se: a) operações de tesouraria, totalizando 48,3% desses ativos, com aumento de 3,1 pp. entre os 9M2025 e os 9M2024; b) operações de crédito, representando 42,2% desses ativos, com redução de 2,4 pp. no período. Em relação aos passivos onerosos, destacam-se: a) depósitos a prazo, representando 50,6% desses passivos nos 9M2025, com redução de 1,1 pp. frente aos 9M2024; b) captação no mercado aberto, representando 19,0% dos passivos onerosos, com aumento de 0,9 pp. no período; c) depósitos de poupança, representando 8,6% dos passivos onerosos, com redução de 1,8 pp. no período; d) recursos em letras, representando 7,1% dos passivos onerosos, com elevação de 0,8 pp. no período. e d) depósitos judiciais e administrativos, representando 7,1% desses passivos, com redução de 0,2 pp.

A partir do primeiro trimestre de 2025, as receitas e despesas estão reconhecidas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. Nos períodos anteriores, as receitas e despesas estão mensuradas pelos critérios vigentes a época.

Margem Financeira Analítica - R\$ Milhões e %

	9M2025			9M2024		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	140.358,2	15.835,5	11,28%	113.939,8	12.027,6	10,56%
Operações de Crédito ⁽¹⁾	59.287,1	8.245,2	13,91%	50.847,6	6.708,3	13,19%
Tesouraria ⁽²⁾	67.824,0	6.639,5	9,79%	51.479,9	4.258,0	8,27%
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	176,0	(338,6)	-192,38%	77,5	180,6	233,03%
Compulsórios	13.071,1	1.289,5	9,86%	11.534,8	880,7	7,63%
Ativos Não Rentáveis	14.142,3			14.856,7		
Ativos Totais	154.500,5	15.835,5	10,25%	128.796,5	12.027,6	9,34%
Passivos Onerosos	129.422,9	(11.047,1)	8,54%	108.895,2	(7.674,7)	7,05%
Depósitos Interfinanceiros	2.122,3	(128,2)	6,04%	1.771,9	(94,0)	5,31%
Depósitos de Poupança	11.128,7	(639,7)	5,75%	11.299,2	(563,2)	4,98%
Depósitos a Prazo	65.482,3	(5.770,6)	8,81%	56.328,9	(3.767,9)	6,69%
Depósitos Judiciais e Administrativos	9.127,6	(846,1)	9,27%	7.981,4	(605,6)	7,59%
Captações no Mercado Aberto	24.558,2	(2.456,3)	10,00%	19.703,7	(1.512,6)	7,68%
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	9.175,1	(881,3)	9,61%	6.898,2	(511,0)	7,41%
Dívida Subordinada	1.696,3	161,8	-9,54%	1.581,0	(295,7)	18,70%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	3.728,9	(168,0)	4,51%	1.889,9	(81,1)	4,29%
Obrigações por Empréstimos e Rep. em Moeda Estrang.	2.403,6	(318,6)	13,25%	1.441,1	(243,6)	16,90%
Passivos Não Onerosos	14.457,7			15.630,1		
Patrimônio Líquido	10.619,8			9.991,2		
Passivos e PL	154.500,5	(11.047,1)	7,15%	134.516,5	(7.674,7)	5,71%
Spread			3,10%			3,63%
Margem Financeira		4.788,5	3,41%		4.352,9	3,82%
Margem Financeira Anualizada			4,55%			5,09%

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio.

(4) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Variações nas receitas e despesas de juros: volumes e taxas

A margem financeira dos 9M2025, R\$4.788,5 milhões, apresentou crescimento de 10,0% ou R\$435,6 milhões em relação aos 9M2024, refletindo o aumento das receitas com juros em volume maior que as despesas com juros. O crescimento das receitas está relacionado à ampliação do volume médio dos ativos rentáveis, em especial nas aplicações em tesouraria e nas operações de crédito, e a elevação nas taxas médias, principalmente nas aplicações em tesouraria, influenciadas pelo aumento da Taxa Selic efetiva. A elevação das despesas está relacionada, especialmente, ao aumento nas taxas médias dos passivos onerosos,

principalmente nos depósitos a prazo e captações no mercado aberto, impactados pela elevação da Taxa Selic efetiva, e ao crescimento no volume médio, em especial dos depósitos a prazo, das captações no mercado aberto e nos recursos em letras.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros, incluídas as variações no câmbio, sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos nos períodos anteriores. A variação de volume foi computada como a diferença entre o saldo médio multiplicado pela taxa do período mais recente e o anterior.

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 9M2025 vs 9M2024.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas - R\$ Milhões

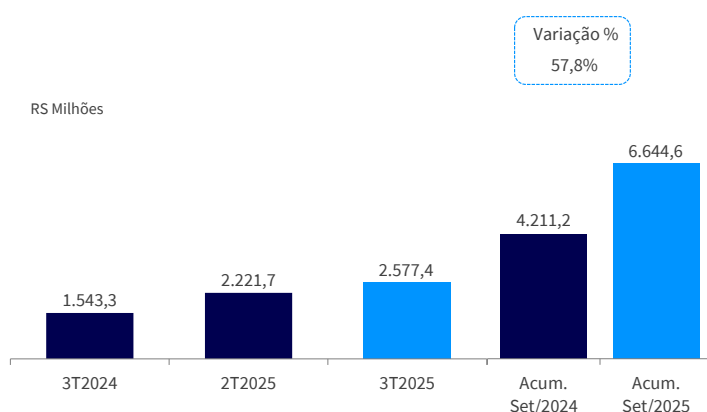
	9M2025/9M2024		
	Aumento / Redução		
	Devido à Variação em:		
	Volume Médio	Taxa Média	Variação Líquida
Ativos Rentáveis	2.853,5	954,4	3.807,9
Operações de Crédito ⁽¹⁾	1.158,9	378,1	1.537,0
Tesouraria	1.509,1	872,4	2.381,4
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽²⁾	57,6	(576,8)	(519,2)
Compulsórios	128,0	280,8	408,8
Passivos Onerosos	(1.616,3)	(1.756,1)	(3.372,4)
Depósitos Interfinanceiros	(20,1)	(14,1)	(34,2)
Depósitos de Poupança	8,4	(84,9)	(76,5)
Depósitos a Prazo	(678,1)	(1.324,6)	(2.002,7)
Depósitos Judiciais e Administrativos	(94,6)	(146,0)	(240,5)
Captações no Mercado Aberto	(423,3)	(520,4)	(943,7)
Recursos em Letras ⁽³⁾	(195,0)	(175,2)	(370,3)
Dívida Subordinada	(20,1)	477,5	457,5
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	(82,7)	(4,3)	(86,9)
Obrigações por Empréstimos de Repasses em Moeda Estrangeira	(110,8)	35,8	(75,0)
Margem Financeira	1.237,3	(801,7)	435,6

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(3) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Resultado de Tesouraria

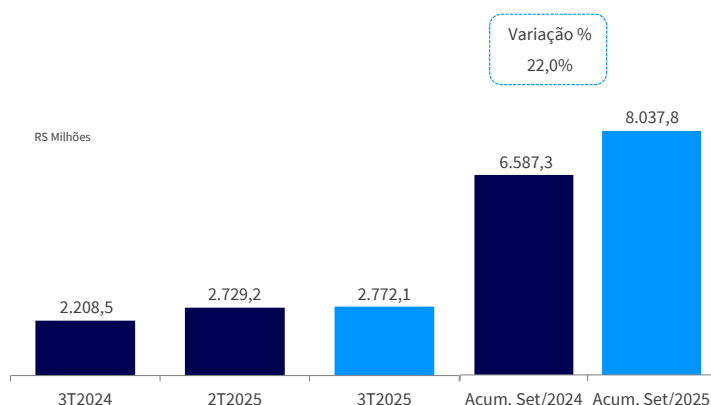


O resultado de aplicações em tesouraria (soma das receitas de títulos e valores mobiliários – TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez) dos 9M2025 apresentou crescimento de 57,8% ou R\$2.433,4 milhões frente aos 9M2024, de 67,0% ou R\$1.034,0 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024 e de 16,0% ou R\$355,6 milhões frente ao 2T2025, refletindo o aumento no saldo e o aumento da Taxa Selic efetiva.

Resultado de Aplicações Compulsórias

O resultado de aplicações compulsórias dos 9M2025 somou R\$1.284,3 milhões, com elevação de 46,4% ou R\$407,0 milhões frente aos 9M2024, e totalizou R\$487,7 milhões no 3T2025, com aumento de 64,4% ou R\$191,0 milhões em relação ao 3T2024 e de 13,9% ou R\$59,4 milhões na comparação com o 2T2025; refletindo principalmente, em todas as trajetórias, o aumento nas rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, devido, em especial, ao aumento de saldo e à elevação da Taxa Selic efetiva.

Receitas de Operações de Crédito



As receitas de operações de crédito dos 9M2025, que incluem as receitas de arrendamento mercantil e de outros créditos (a partir de 2025 também estão contabilizados os custos de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários e incluídas as receitas de debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN nº 4.966/21), totalizaram R\$8.037,8 milhões e apresentaram crescimento de 22,0% ou R\$1.450,5 milhões frente aos 9M2024, de 25,5% ou

R\$563,6 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024 e de 1,6% ou R\$42,9 milhões frente ao 2T2025; trajetórias influenciadas, em especial, pelo aumento nas rendas do crédito comercial e do crédito rural.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas do crédito comercial pessoa física - PF representam 74,1% do total de receitas do crédito comercial nos 9M2025, e apresentaram aumento de 12,9% ou R\$508,0 milhões na comparação com os 9M2024 e de 15,4% ou R\$200,3 milhões no comparativo entre o 3T2025 e o 3T2024, influenciado especialmente, em ambas as trajetórias, pelo incremento nas receitas do crédito pessoal, do cartão de crédito rotativo/parcelado, rendas do cheque especial, da conta única rural, que iniciou as operações no 3T2024, e receitas com renegociação de dívidas, impactado pelo aumento nos saldos desses produtos. Frente ao 2T2025, as receitas do crédito comercial PF do 3T2025 demonstraram estabilidade.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica - PJ representam 25,9% do total de receitas do crédito comercial nos 9M2025, e aumentaram 33,3% ou R\$388,0 milhões frente aos 9M2024 e de 45,0% ou R\$175,6 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pela elevação nas receitas das operações de conta única, que iniciou as operações no 2T2024, e da conta empresarial. Em relação ao 2T2025, as receitas do crédito comercial PJ do 3T2025 apresentaram elevação de 5,5% ou R\$29,5 milhões refletindo, em especial, o crescimento nas receitas com operações de conta única e de capital de giro, influenciado pelo aumento nos saldos desses produtos; minimizado em parte pela redução nas receitas da conta empresarial, cartão de crédito rotativo/parcelado, adiantamento a depositante e desconto de recebíveis.

As receitas do crédito comercial dos 9M2025 apresentaram aumento de 17,6% ou R\$896,1 milhões frente aos 9M2024, de 22,2% ou R\$375,8 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024 e de 1,4% ou R\$29,1 milhões frente ao 2T2025.

Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões

	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Pessoa Física	4.438,1	3.930,1	1.499,4	1.499,8	1.299,1	12,9%	15,4%	0,0%
Aquisição de Bens	40,6	41,5	13,6	13,6	13,8	-2,1%	-1,1%	0,1%
Cartão de Crédito Rotativo/ Parc.	380,1	229,9	122,3	138,9	97,4	65,3%	25,6%	-12,0%
Cheque Especial	461,9	387,2	158,3	155,9	120,8	19,3%	31,0%	1,5%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	59,8	0,3	25,8	19,6	0,3	N/A*	N/A*	31,9%
Crédito Pessoal	681,3	513,9	243,0	230,3	177,6	32,6%	36,8%	5,5%
Crédito Consignado	2.625,5	2.633,8	871,0	858,2	852,4	-0,3%	2,2%	1,5%
Outros ⁽³⁾	188,8	123,4	65,5	83,4	36,8	53,0%	78,1%	-21,5%
Pessoa Jurídica	1.554,9	1.166,9	566,0	536,5	390,5	33,3%	45,0%	5,5%
Aquisição de Bens	34,1	31,7	11,0	11,5	10,3	7,5%	7,5%	-4,0%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	19,9	14,1	6,1	7,7	6,0	41,5%	2,7%	-20,5%
Capital de Giro	759,4	788,4	271,0	252,2	247,9	-3,7%	9,3%	7,5%
Conta Empresarial	280,9	213,4	95,3	99,1	62,3	31,6%	53,1%	-3,9%
Conta Única ⁽²⁾	355,4	25,0	142,3	119,9	23,0	N/A*	N/A*	18,7%
Desconto de Recebíveis	27,6	9,5	9,1	10,2	3,4	189,1%	168,6%	-11,3%
Outros ⁽³⁾	77,6	84,7	31,2	35,9	37,7	-8,4%	-17,2%	-13,2%
Total	5.993,0	5.096,9	2.065,4	2.036,3	1.689,6	17,6%	22,2%	1,4%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (3) Inclui renegociação de dívidas.
*Não se aplica.

Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado dos 9M2025 apresentaram elevação de 43,7% ou R\$3.210,4 milhões frente as despesas dos 9M2024 e de 61,1% ou R\$1.544,2 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024, refletindo, em ambas as trajetórias, o aumento das despesas com depósitos e com operações compromissadas, impactados pelo crescimento no saldo e na Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação; minimizado pela redução nas despesas com a dívida subordinada, face à variação cambial e marcação a mercado da obrigação.

Frente ao 2T2025, as despesas de captação no mercado do 3T2025 apresentaram elevação de 15,6% ou R\$549,8 milhões, impactada, em especial, pelo crescimento das despesas com depósitos e recursos em letras, face ao aumento do saldo e da Taxa Selic efetiva, e aumento das despesas com a dívida subordinada.

Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões

	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Depósitos ⁽¹⁾	7.384,6	5.030,7	2.805,9	2.441,5	1.793,5	46,8%	56,4%	14,9%
Operações Compromissadas	2.456,3	1.512,6	904,1	848,8	546,4	62,4%	65,4%	6,5%
Recursos em Letras ⁽²⁾	881,3	511,0	362,9	291,6	171,8	72,5%	111,2%	24,5%
Resultado da Dívida Subordinada	(161,8)	295,7	(1,2)	(60,1)	15,7	-154,7%	-107,9%	-97,9%
Total	10.560,5	7.350,0	4.071,6	3.521,8	2.527,4	43,7%	61,1%	15,6%

(1) Inclui as despesas do FGC. (2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos e os recursos de aceites e emissão de títulos.

O preço médio da captação no 3T2025, 3,04%, aumentou 0,87 pp. em relação ao 3T2024 e 0,32 pp. frente ao 2T2025, em linha com a trajetória da Taxa Selic efetiva. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic efetiva, 81,98% no 3T2025, apresentou redução de 0,63 pp. frente ao 3T2024 e elevação de 0,38 pp. na comparação com o 2T2025.

O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 65,0% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, em relação à Taxa Selic efetiva, alcançou 86,36% no 3T2025, com elevação de 0,11 pp. em relação ao 3T2024 e redução de 0,12 pp. frente ao 2T2025.

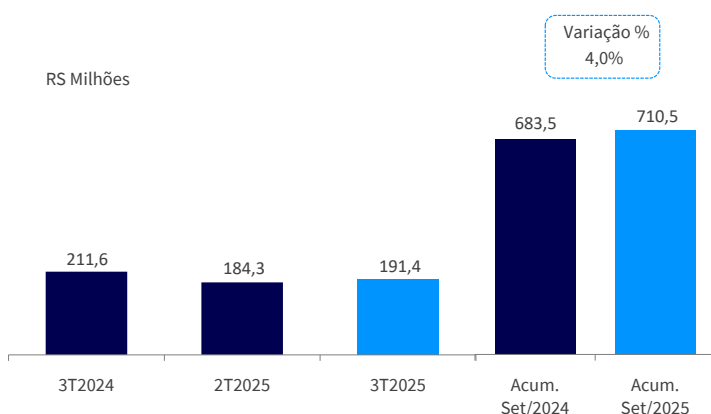
Custo de Captação - R\$ Milhões e %

	3T2025			2T2025			3T2024		
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos a Prazo	67.816,3	(2.169,7)	3,20%	65.536,8	(1.886,1)	2,88%	58.862,2	(1.336,5)	2,27%
Depósitos de Poupança	11.062,9	(218,6)	1,98%	11.132,3	(214,0)	1,92%	11.466,6	(197,4)	1,72%
Depósitos à Vista	2.843,8	-	0,00%	3.122,8	-	0,00%	3.458,2	-	0,00%
Depósitos Interfinanceiros	2.580,4	(56,4)	2,19%	2.025,3	(39,1)	1,93%	1.252,6	(21,5)	1,72%
Depósitos Judiciais e Admin.	9.674,5	(334,4)	3,46%	9.226,9	(276,1)	2,99%	8.224,9	(213,7)	2,60%
Outros Depósitos	258,9	(0,0)	0,01%	251,1	(0,0)	0,01%	258,6	(0,0)	0,00%
Letras Financeiras ⁽²⁾	3.911,0	(146,1)	3,74%	2.939,4	(99,2)	3,38%	1.314,4	(38,9)	2,96%
Letras de Crédito Imobiliário	3.243,3	(107,6)	3,32%	2.984,9	(88,6)	2,97%	2.113,7	(51,4)	2,43%
Letras de Crédito do Agronegócio	2.942,5	(109,2)	3,71%	3.424,8	(103,8)	3,03%	3.415,4	(81,6)	2,39%
Despesas de Contribuição FGC	-	(26,7)	-	-	(26,2)	-	-	(24,3)	-
Saldo Médio Total / Desp. Total	104.333,5	(3.168,8)	3,04%	100.644,2	(2.733,1)	2,72%	90.366,7	(1.965,3)	2,17%
Selic			3,70%			3,33%			2,63%
Custo Médio / Selic			81,98%			81,60%			82,61%
Custo Depósito a Prazo / Selic			86,36%			86,48%			86,25%

(1) Saldos médios obtidos a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados.

(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito



Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo da provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, somaram R\$710,5 milhões nos 9M2025 e apresentaram aumento de 4,0% ou R\$27,0 milhões na comparação com os 9M2024, refletindo, especialmente, o

aumento dos créditos em atraso e das operações de crédito. As perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito do 3T2025, que somaram R\$191,4 milhões, demonstraram redução de 9,5% ou R\$20,1 milhões frente ao 3T2024 impactada pela revisão no modelo de provisionamento para operações de crédito especializado. Em relação ao 2T2025, houve elevação de 3,8% ou R\$7,1 milhões nas perdas líquidas esperadas do 3T2025, refletindo o aumento das operações em atraso.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços dos 9M2025 apresentaram crescimento de 1,3% ou R\$20,5 milhões em relação às receitas dos 9M2024, com destaque para o aumento das rendas de cartão de crédito, de administração de fundos e rendas de comissões de corretagem e seguros, minimizado em parte pela redução das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos. Na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024, as receitas de prestação de serviços demonstraram relativa estabilidade. Frente ao 2T2025, apresentaram aumento de 1,3% ou R\$6,7 milhões, impactado especialmente pela elevação das receitas com administração de fundos.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ Milhões

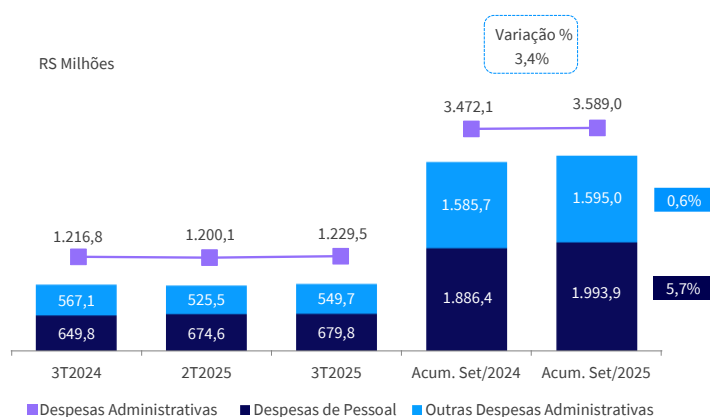
	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Administração de Fundos	102,3	83,9	38,7	33,4	29,4	21,9%	31,4%	15,8%
Receitas de Serviços Banrisul Pagam.	394,5	424,5	127,9	131,8	147,0	-7,1%	-13,0%	-2,9%
Cartão de Crédito	182,1	159,8	61,5	61,5	55,0	13,9%	11,9%	0,0%
Cobrança e Serviços de Custódia	42,0	40,3	14,5	13,8	14,5	4,2%	-0,1%	5,1%
Comissões de Corretagem de Seguros	228,1	215,4	78,7	75,0	73,0	5,9%	7,9%	5,0%
Serviços de Conta Corrente	458,7	452,4	154,9	151,5	149,6	1,4%	3,6%	2,3%
Administração de Consórcio	89,7	105,5	27,3	31,4	34,4	-14,9%	-20,5%	-13,1%
Demais Receitas ⁽¹⁾	81,7	76,8	28,7	27,2	27,1	6,4%	5,9%	5,6%
Total	1.579,1	1.558,7	532,2	525,5	529,9	1,3%	0,4%	1,3%

(1) Inclui, principalmente, rendas de garantias prestadas, receitas de serviço de arrecadação.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas dos 9M2025 apresentaram crescimento de 3,4% ou R\$116,9 milhões frente às despesas administrativas dos 9M2024, de 1,0% ou R\$12,6 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024 e de 2,4% ou R\$29,3 milhões em relação ao 2T2025.

As despesas de pessoal dos 9M2025 apresentaram crescimento de 5,7% ou R\$107,5 milhões frente às despesas de pessoal dos 9M2024 e de 4,6% ou R\$30,0 milhões na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024, influenciado pelos acordos coletivos da categoria. Frente ao 2T2025, as despesas de pessoal do 3T2025 apresentaram relativa estabilidade.



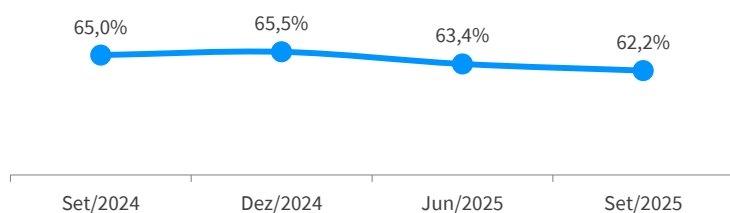
As outras despesas administrativas dos 9M2025 apresentaram relativa estabilidade frente aos 9M2024. Na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024, demonstrou redução de 3,1% ou R\$17,4 milhões, trajetória influenciada, especialmente, pela diminuição das despesas com aluguéis e condomínios, como consequência da mudança de normativo, Resolução CMN nº 4.975/21, que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, ocasionando também o aumento nas

despesas com amortização e depreciação. Frente ao 2T2025, as outras despesas administrativas do 3T2025 apresentaram crescimento de 4,6% ou R\$24,1 milhões refletindo, principalmente, o aumento das despesas com propaganda, promoções e publicidade, com processamento de dados e despesas com serviços técnicos especializados, minimizado em parte pela redução nas despesas com aluguéis e condomínios.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ Milhões

	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Despesas de Pessoal	1.993,9	1.886,4	679,8	674,6	649,8	5,7%	4,6%	0,8%
Remuneração Direta, Benefícios e Encargos Sociais	1.783,2	1.700,2	607,3	596,4	588,1	4,9%	3,3%	1,8%
Treinamentos	5,0	3,8	2,4	2,2	0,9	30,6%	160,6%	7,8%
Participação nos Lucros	205,7	182,4	70,1	76,0	60,7	12,8%	15,4%	-7,8%
Outras Despesas Administrativas	1.595,0	1.585,7	549,7	525,5	567,1	0,6%	-3,1%	4,6%
Amortização e Depreciação	301,5	237,1	101,9	99,6	81,2	27,1%	25,4%	2,3%
Água, Energia e Gás	24,2	22,0	7,5	6,9	7,0	9,7%	6,1%	8,8%
Aluguéis e Condomínios	34,3	122,8	6,7	11,3	42,8	-72,0%	-84,3%	-40,6%
Comunicações	55,1	43,3	17,9	19,6	16,3	27,2%	10,0%	-8,8%
Manutenção e Conservação de Bens	89,2	62,2	32,1	26,8	24,3	43,4%	32,5%	19,7%
Processamento de Dados	202,5	193,4	74,1	65,3	59,9	4,7%	23,6%	13,3%
Propaganda, Promoções e Publicidade	126,8	125,8	47,8	38,3	45,1	0,8%	6,0%	25,1%
Serviços de Terceiros	363,6	387,1	122,1	124,8	133,3	-6,1%	-8,4%	-2,1%
Serviços Técnicos Especializados	172,3	156,7	66,6	58,7	60,2	10,0%	10,7%	13,4%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	104,1	101,1	34,9	36,1	35,5	2,9%	-1,6%	-3,2%
Serviços do Sistema Financeiro	31,8	34,2	10,8	10,8	12,2	-6,9%	-11,4%	0,1%
Demais Despesas	89,6	100,0	27,2	24,3	49,3	-10,3%	-44,8%	-0,2%
Total	3.589,0	3.472,1	1.229,5	1.200,1	1.216,8	3,4%	1,0%	2,4%

Índice de Eficiência

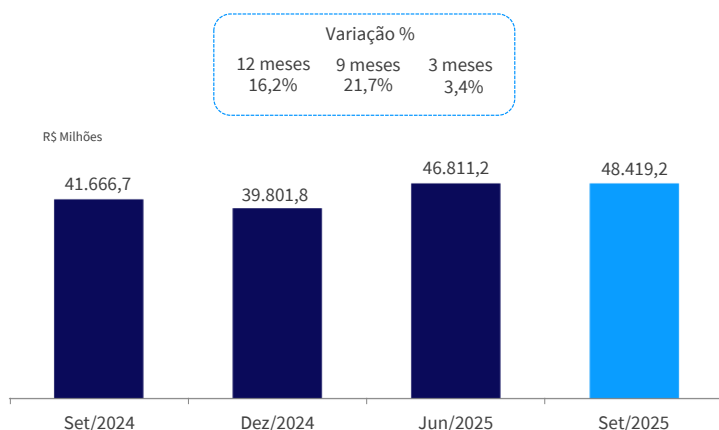


O **índice de eficiência** alcançou 62,2% nos doze meses acumulados até setembro/2025, frente a 65,0% dos doze meses acumulados até setembro/2024, refletindo, principalmente, o aumento de 11,7% na margem financeira, crescimento de 2,5% nas receitas de prestação de serviços e aumento de 19,6% nas despesas com provisões

cíveis, fiscais e trabalhistas, frente ao aumento de 4,3% nas despesas administrativas.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Tesouraria



As aplicações em tesouraria (TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$71.474,8 milhões em setembro de 2025. A partir de janeiro/2025, o saldo de tesouraria é apresentado líquido da provisão.

As aplicações em tesouraria deduzidas as obrigações por operações compromissadas totalizaram R\$48.419,2 milhões em setembro de 2025, apresentando crescimento de 16,2% ou R\$6.752,4 milhões na comparação com setembro de 2024, de 21,7% ou R\$8.617,3

milhões frente a dezembro de 2024 e de 3,4% ou R\$1.607,9 milhões em relação a junho de 2025, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, aumento dos recursos em letras, direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen.

Depósitos Compulsórios no Bacen

O saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, R\$14.083,4 milhões em setembro de 2025, apresentou crescimento de 35,7% ou R\$3.702,6 milhões frente a setembro de 2024, trajetória influenciada principalmente pelo aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e a retomada do recolhimento dos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança, a partir de junho de 2025, após o período de liberação pela Resolução Bacen N° 379/2024. Frente a dezembro de 2024 e junho de 2025, o saldo dos depósitos compulsórios demonstrou incremento de 20,2% ou R\$2.366,4 milhões e de 12,9% ou R\$1.610,3 milhões respectivamente, refletindo em especial a elevação nos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança e dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo, minimizado em parte pela redução dos depósitos voluntários, nos termos da Resolução BCB n° 129/21, e dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista.

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul alcançou R\$64.068,1 milhões em setembro de 2025, registrando aumento de 11,1% ou R\$6.398,2 milhões frente a setembro de 2024 e de 3,2% ou R\$2.009,2 milhões na comparação com dezembro de 2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, do financiamento de longo prazo e do câmbio, minimizada pela redução do crédito rural. Frente a junho de 2025, a carteira de crédito de setembro de 2025 apresentou relativa estabilidade.

Composição das Operações de Crédito - R\$ Milhões

	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024	Set 2024	Set2025/ Set2024	Set2025/ Dez2024	Set2025/ Jun2025
Comercial ⁽¹⁾	39.294,4	39.248,5	37.677,8	35.324,1	11,2%	4,3%	0,1%
Imobiliário	6.512,4	6.552,1	6.549,1	6.370,3	2,2%	-0,6%	-0,6%
Rural	13.351,7	13.372,2	13.701,2	13.479,2	-0,9%	-2,6%	-0,2%
Financiamento de Longo Prazo	2.529,7	2.524,9	2.014,8	864,2	192,7%	25,6%	0,2%
Câmbio	2.379,8	2.320,6	2.116,0	1.632,0	45,8%	12,5%	2,6%
Total	64.068,1	64.018,3	62.058,9	57.669,9	11,1%	3,2%	0,1%

(1) Inclui arrendamento mercantil e custo de originação por meio dos correspondentes bancários.

Crédito Comercial

A carteira comercial totalizou R\$39.294,4 milhões em setembro de 2025, compondo 61,3% do saldo total de operações de crédito. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física - PF correspondeu a 73,8% e a pessoa jurídica - PJ representou 26,2% do saldo em setembro de 2025.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ Milhões

	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024	Set 2024	Set2025/ Set2024	Set2025/ Dez2024	Set2025/ Jun2025
Pessoa Física	28.988,6	29.246,8	28.579,1	26.798,3	8,2%	1,4%	-0,9%
Aquisição de Bens	280,2	279,7	325,5	332,6	-15,7%	-13,9%	0,2%
Cartão de Crédito à vista e Débito	2.498,1	2.541,6	2.713,0	2.460,6	1,5%	-7,9%	-1,7%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	843,4	763,0	557,7	521,0	61,9%	51,2%	10,5%
Cheque Especial	714,6	671,6	568,9	503,8	41,9%	25,6%	6,4%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	265,7	235,4	127,3	16,4	N/A*	108,7%	12,9%
Crédito Pessoal	3.148,3	3.033,0	2.605,9	2.431,9	29,5%	20,8%	3,8%
Crédito Consignado ⁽²⁾	20.035,0	20.630,7	20.882,4	19.818,9	1,1%	-4,1%	-2,9%
Outros ⁽⁴⁾	1.203,3	1.091,9	798,3	713,1	68,7%	50,7%	10,2%
Pessoa Jurídica	10.305,9	10.001,7	9.098,7	8.525,8	20,9%	13,3%	3,0%
Aquisição de Bens	211,3	239,1	244,8	253,8	-16,8%	-13,7%	-11,6%
Cartão de Crédito à vista e Débito	220,6	215,1	206,8	180,3	22,3%	6,7%	2,5%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	40,3	36,4	30,2	32,9	22,6%	33,4%	10,7%
Capital de Giro	6.176,7	6.136,0	5.999,0	6.119,3	0,9%	3,0%	0,7%
Conta Empresarial	335,4	353,4	303,4	344,2	-2,5%	10,6%	-5,1%
Conta Única ⁽³⁾	2.202,1	2.065,0	1.512,1	764,2	188,2%	45,6%	6,6%
Desconto de Recebíveis	170,5	171,6	152,6	83,5	104,2%	11,7%	-0,6%
Outros ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	949,0	785,0	649,8	747,6	26,9%	46,0%	20,9%
Total	39.294,4	39.248,5	37.677,8	35.324,1	11,2%	4,3%	0,1%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) A partir de 2025, no âmbito da Resolução CMN n° 4.966/21, o custo de originação das operações de crédito consignado passaram a ser incluídas no crédito consignado. (3) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (4) Inclui Renegociação de dívidas, no valor de R\$1.196,8 milhões na pessoa física e R\$725,4 milhões na pessoa jurídica em setembro de 2025. (5) Inclui Debêntures, no valor de R\$208,9 milhões em setembro de 2025. *Não se aplica.

O crédito comercial PF, composto por linhas de menor risco, alcançou R\$28.988,6 milhões em setembro de 2025, apresentando elevação de 8,2% ou R\$2.190,2 milhões em relação a setembro de 2024, face em especial ao aumento do crédito pessoal, renegociação de dívidas, cartão de crédito rotativo/parcelado e conta única rural. Frente a dezembro de 2024, demonstrou crescimento de 1,4% ou R\$409,5 milhões, refletindo, especialmente, o incremento do crédito pessoal, renegociação de dívidas e do cartão de crédito rotativo/parcelado, minimizado, em parte, pela redução do crédito consignado. Na comparação com junho de 2025, o crédito comercial PF demonstrou relativa estabilidade.

Composição do Crédito Consignado - R\$ Milhões

	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024	Set 2024	Set2025/ Set2024	Set2025/ Dez2024	Set2025/ Jun2025
Rede de Agências	13.744,5	14.092,5	14.168,7	13.156,5	4,5%	-3,0%	-2,5%
Correspondentes	6.290,4	6.538,2	6.713,7	6.662,4	-5,6%	-6,3%	-3,8%
Total	20.035,0	20.630,7	20.882,4	19.818,9	1,1%	-4,1%	-2,9%

O crédito comercial PJ totalizou R\$10.305,9 milhões em setembro de 2025, apresentando elevação de 20,9% ou R\$1.780,1 milhões em relação a setembro de 2024, refletindo, principalmente, o aumento nas operações de conta única, que teve início da comercialização no 2T2024. Frente a dezembro de 2024, demonstrou incremento de 13,3% ou R\$1.207,2 impactado, em especial, pelo crescimento da conta única, capital de giro e renegociação de dívidas. Na comparação com junho de 2025, o crédito comercial PJ apresentou elevação de 3,0% ou R\$304,2 milhões face, especialmente, ao incremento nas operações de conta única, debêntures e renegociação de dívidas.

Créditos Especializados

O saldo em crédito rural, que totalizou R\$13.351,7 milhões em setembro de 2025 e representa 20,8% do total de ativos de crédito, apresentou relativa estabilidade na comparação com setembro de 2024 e junho de 2025 e diminuição de 2,6% ou R\$349,5 milhões em relação a dezembro de 2024.

O crédito imobiliário, R\$6.512,4 milhões em setembro de 2025, apresentou aumento de 2,2% ou R\$142,1 milhões em relação a setembro de 2024 e relativa estabilidade frente a dezembro de 2024 e junho de 2025. A carteira de crédito imobiliário representava 10,2% do total de operações de crédito em setembro de 2025.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$2.529,7 milhões em setembro de 2025, com incremento de 192,7% ou R\$1.665,6 milhões na comparação com setembro de 2024, de 25,6% ou R\$514,9 milhões frente a dezembro de 2024 e relativa estabilidade frente junho de 2025.

A carteira de câmbio alcançou R\$2.379,8 milhões em setembro de 2025, com elevação de 45,8% ou R\$747,7 milhões na comparação com setembro de 2024, de 12,5% ou R\$263,8 milhões em relação a dezembro de 2024 e de 2,6% ou R\$59,2 milhões frente a junho de 2025.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$15.477,0 milhões em setembro de 2025, compondo 24,2% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 51,5% estão alocados em crédito às médias, pequenas e microempresas.

As operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram elevação de 27,1% ou R\$3.300,0 milhões na comparação com setembro de 2024, refletindo principalmente o aumento no crédito às grandes empresas. Frente a junho de 2025, as operações de crédito aplicadas na PJ demonstraram incremento de 2,4% ou R\$355,8 milhões, motivado em especial pelo crescimento no crédito às grandes empresas, minimizado pela redução no crédito às médias e pequenas empresas.

Composição do Crédito por Porte de Empresas - R\$ Milhões

	Set 2025			Jun 2025			Set 2024			Variação Saldo	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Set2025/ Set2024	Set2025/ Jun2025
Grandes Empresas	7.513,8	48,5%	11,7%	5.997,8	39,7%	9,4%	4.935,0	40,5%	8,6%	52,3%	25,3%
Médias/Pequena/Micro	7.963,3	51,5%	12,4%	9.123,5	60,3%	14,3%	7.242,0	59,5%	12,6%	10,0%	-12,7%
Médias Empresas	4.826,6	31,2%	7,5%	5.711,1	37,8%	8,9%	4.054,8	33,3%	7,0%	19,0%	-15,5%
Pequenas Empresas	2.572,4	16,6%	4,0%	2.849,4	18,8%	4,5%	2.669,2	21,9%	4,6%	-3,6%	-9,7%
Microempresas	564,3	3,6%	0,9%	562,9	3,7%	0,9%	517,9	4,3%	0,9%	8,9%	0,2%
Total	15.477,0	100%	24,2%	15.121,2	100%	23,6%	12.177,0	100,0%	21,1%	27,1%	2,4%

Porte segregado segundo faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas empresas até R\$400 mil, Médias empresas até R\$25 milhões, Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

O volume concedido em ativos de crédito nos 9M2025, R\$40.664,3 milhões, apresentou crescimento de 4,7% ou R\$1.841,3 milhões frente ao volume concedido no mesmo período de 2024, refletindo, especialmente, o aumento do volume concedido na carteira de crédito comercial pessoa jurídica, minimizado em parte pela redução no volume concedido no crédito rural e no crédito comercial pessoa física.

Na comparação entre o 3T2025 e o 3T2024, o volume concedido em crédito demonstrou diminuição de 6,7% ou R\$1.004,9 milhões, influenciada principalmente pela redução do volume concedido no crédito rural, no crédito comercial pessoa física e no crédito imobiliário, compensado em parte pela elevação no volume concedido no crédito comercial pessoa jurídica.

Frente ao 2T2025, o volume concedido em crédito do 3T2025 apresentou aumento de 4,7% ou R\$637,7 milhões, impactado em especial pelo crescimento do volume concedido no crédito comercial pessoa física e no crédito rural, minimizada em parte pela diminuição no volume concedido no crédito comercial pessoa jurídica e no câmbio.

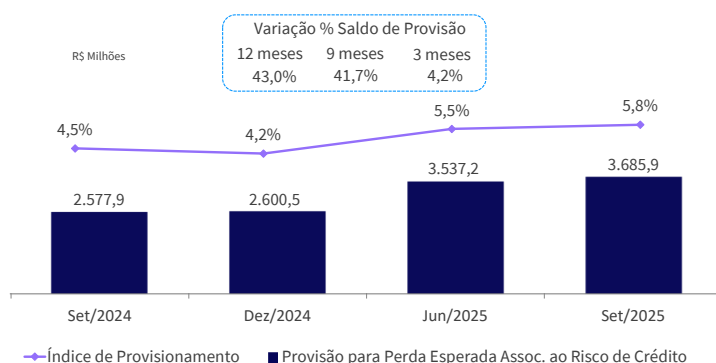
Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento - R\$ Milhões

	9M2025	9M2024	3T2025	2T2025	3T2024	9M2025/ 9M2024	3T2025/ 3T2024	3T2025/ 2T2025
Câmbio	2.358,7	1.769,4	685,7	938,4	570,9	33,3%	20,1%	-26,9%
Comercial ⁽¹⁾	32.925,6	30.081,9	11.564,0	10.966,8	11.285,9	9,5%	2,5%	5,4%
Pessoa Física	19.451,9	20.354,2	6.996,1	6.124,5	7.730,3	-4,4%	-9,5%	14,2%
Pessoa Jurídica	13.473,7	9.727,7	4.567,8	4.842,3	3.555,6	38,5%	28,5%	-5,7%
Financiamento de Longo Prazo	504,3	418,3	123,6	116,8	300,5	20,6%	-58,9%	5,8%
Imobiliário	543,9	973,6	158,1	168,5	361,7	-44,1%	-56,3%	-6,1%
Rural	4.331,8	5.579,8	1.549,9	1.253,1	2.567,3	-22,4%	-39,6%	23,7%
Total	40.664,3	38.823,0	14.081,3	13.443,6	15.086,2	4,7%	-6,7%	4,7%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Qualidade da carteira de crédito

Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito



O saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito alcançou R\$3.685,9 milhões em setembro de 2025, com crescimento de 43,0% ou R\$1.108,0 milhões na comparação com setembro de 2024 e de 41,7% ou R\$1.085,4 milhões frente a dezembro de 2024, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21, que substituiu o modelo de provisão para perdas esperadas,

Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3, a partir de 2025.

Em relação a junho de 2025, o saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito demonstrou elevação de 4,2% ou R\$148,7 milhões, impactada pelo crescimento das operações em atraso, em um contexto de relativa estabilidade da carteira de crédito.

Composição da Carteira de Crédito por Estágios

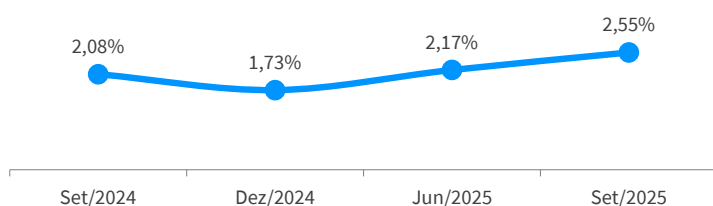
Operações de Crédito segregadas por Estágios - R\$ Milhões

	Carteira de Crédito	Provisão*
Estágio 1	59.512,3	851,7
Estágio 2	760,9	162,7
Estágio 3	3.794,9	2.516,0
Total	64.068,1	3.530,4

*Refere-se à provisão sobre as operações de crédito concedidas.

As operações de crédito de estágio 1, que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não possuem parcelas vencidas a mais de 30 dias, segundo normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, representam 92,9% da carteira de crédito em setembro de 2025.

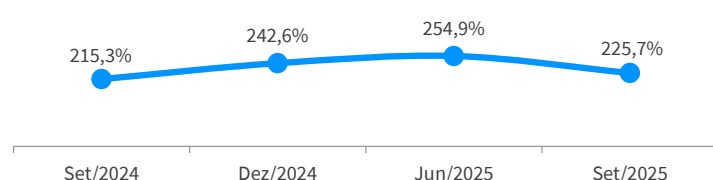
Índice de Inadimplência



O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 2024 e a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas acima de 90 dias até 360 dias, em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de setembro

2025, 2,55% das operações de crédito, apresentou elevação de 0,47 pp. em doze meses, de 0,82 pp. em nove meses e de 0,38 pp. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 360 dias alcançou R\$1.632,9 milhões em setembro de 2025, com crescimento de 36,4% ou R\$435,5 milhões na comparação com setembro de 2024, de 52,3% ou R\$560,9 milhões frente a dezembro de 2024 e 17,7% ou R\$245,2 milhões em relação a junho de 2025. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias alcançou R\$2.276,2 em setembro de 2025.

Índice de Cobertura



O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, modelo substituído pela Resolução CMN nº 4.966/21, e o saldo das operações vencidas acima de 90 dias até 2024 e a

a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas acima de 90 dias até 360 dias, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. O índice de cobertura das operações em atraso de setembro de 2025, 225,7%, apresentou elevação de 10,4 pp. em relação a setembro de 2024, como reflexo do aumento do saldo de provisão em maior proporção ao crescimento da inadimplência no período. Frente a dezembro de 2024 e junho de 2025, ao contrário, houve redução de 16,9 p.p. e de 29,2 p.p. respectivamente, em um movimento de crescimento do saldo de operações de crédito em atraso em maior proporção que o aumento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$127.789,4 milhões em setembro de 2025, com crescimento de 14,1% ou R\$15.835,4 milhões em doze meses e de 10,0% ou R\$11.660,2 milhões frente a dezembro de 2024, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, e dos recursos em letras. Em relação a junho, os recursos captados e administrados de setembro de 2025 demonstraram elevação de 3,1% ou R\$3.807,4, refletindo o aumento dos depósitos, em especial os depósitos a prazo, e dos recursos administrados.

O Banco oferece produtos prefixados e pós-fixados para os clientes, dentro dessas modalidades de produtos, 70,8% são pós-fixados, com remuneração atrelada ao DI.

Composição de Recursos Captados e Administrados por Produto - R\$ Milhões

	Set 2025	Jun 2025	Dez 2024	Set 2024	Set2025/ Set2024	Set2025/ Dez2024	Set2025/ Jun2025
Depósitos	95.582,2	92.711,9	88.194,9	85.041,9	12,4%	8,4%	3,1%
Depósitos à Vista	2.756,1	2.812,0	4.387,0	3.175,1	-13,2%	-37,2%	-2,0%
Depósitos de Poupança	10.987,7	11.201,6	11.402,3	11.509,9	-4,5%	-3,6%	-1,9%
Depósitos Interfinanceiros	2.471,0	2.062,5	1.697,1	975,6	153,3%	45,6%	19,8%
Depósitos a Prazo	69.418,5	66.546,4	62.213,9	60.620,7	14,5%	11,6%	4,3%
Depósitos Judiciais e Administrativos	9.700,4	9.852,5	8.221,1	8.525,5	13,8%	18,0%	-1,5%
Outros Depósitos	248,5	236,9	273,4	235,2	5,7%	-9,1%	4,9%
Recursos em Letras	10.002,1	9.742,8	7.358,3	6.878,5	45,4%	35,9%	2,7%
Letras Financeiras ⁽¹⁾	4.672,6	3.114,6	1.547,8	1.307,2	257,4%	201,9%	50,0%
Letras de Crédito Imobiliário	3.112,0	3.021,1	2.580,6	2.237,8	39,1%	20,6%	3,0%
Letras de Crédito do Agronegócio	2.217,5	3.607,1	3.229,8	3.333,6	-33,5%	-31,3%	-38,5%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.607,7	1.663,3	1.880,7	1.645,2	-2,3%	-14,5%	-3,3%
Total Recursos Captados	107.191,9	104.118,0	97.433,9	93.565,6	14,6%	10,0%	3,0%
Recursos Administrados	20.597,5	19.864,0	18.695,4	18.388,4	12,0%	10,2%	3,7%
Total Recursos Captados e Admin.	127.789,4	123.982,0	116.129,2	111.954,0	14,1%	10,0%	3,1%

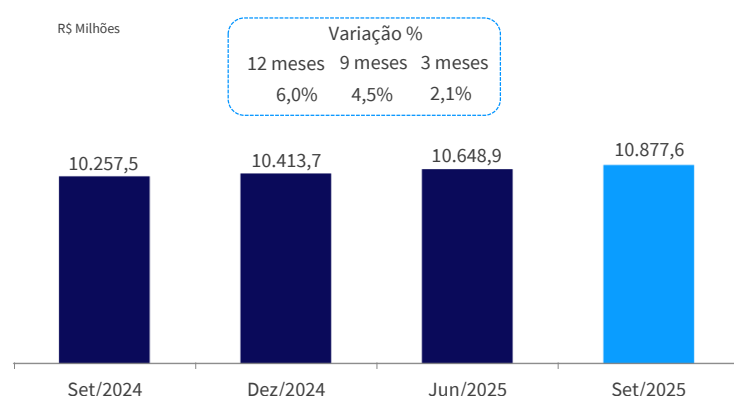
(1) Inclui Letras Financeiras Subordinadas. (2) Refere-se à captação externa subordinada.

Depósitos - os depósitos de setembro de 2025 apresentaram crescimento de 12,4% ou R\$10.540,2 milhões frente a setembro de 2024, de 8,4% ou R\$7.387,3 milhões na comparação com dezembro de 2024 e de 3,1% ou R\$2.870,3 milhões em relação a junho de 2025, refletindo, principalmente, a ampliação dos depósitos a prazo. Os depósitos a prazo, R\$69.418,5 milhões em setembro de 2025, representam 64,8% dos recursos captados, sendo o principal instrumento de captação do Banco.

Recursos em Letras - os recursos em letras de setembro de 2025 apresentaram aumento de 45,4% ou R\$3.123,6 milhões em doze meses, de 35,9% ou R\$2.643,8 milhões frente a dezembro de 2024 e de 2,7% ou R\$259,3 milhões na comparação com junho de 2025, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento do saldo das letras financeiras. Em agosto e setembro de 2025, o Banrisul realizou novas emissões de LFSN, autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência do Banrisul, que totalizaram o montante de 1 bilhão de reais e prazo de 10 anos com possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Dívida Subordinada - a dívida subordinada de setembro de 2025 apresentou redução de 2,3% ou R\$37,5 milhões em doze meses, de 14,5% ou R\$273,0 milhões frente a dezembro de 2024 e de 3,3% ou R\$55,6 milhões na comparação com junho de 2025, refletindo, principalmente, a variação cambial e marcação a mercado ocorrida nos períodos.

Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido - PL do Banrisul totalizou R\$10.877,6 milhões ao final de setembro de 2025, com crescimento de 6,0% ou R\$620,1 milhões em relação a setembro de 2024 e de 4,5% ou R\$463,9 milhões frente a dezembro de 2024, influenciado, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial

dos requerimentos que constam nas Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Na comparação com junho de 2025, o PL de setembro de 2025 apresentou elevação de 2,1% ou R\$228,7 milhões refletindo, principalmente, a incorporação dos resultados gerados e o pagamento de juros sobre o capital próprio.

Índice de Basileia

As Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Bacen determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia - IB mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência - PR encerrou setembro de 2025 em R\$13.052,4 milhões, contra R\$11.113,7 milhões em setembro de 2024 e R\$11.759,4 milhões em junho de 2025. Para este período de apuração, o PR é composto pela soma do Capital de Nível I, R\$9.948,0 milhões, e do Capital de Nível II, R\$3.104,5 milhões. A variação do PR foi de R\$1.938,7 milhões e R\$1.293,0 milhões, no comparativo com setembro de 2024 e junho de 2025, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu 17,9%, 7,4 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 13,6%, sendo, respectivamente, 6,6 pp. e 5,1 pp. acima do mínimo regulatório. Em relação a setembro de 2024, o IB reduziu 0,02 pp. e 1,73 pp. na comparação com junho de 2025. A seguir são apresentadas as variações do PR.

Variações do Patrimônio de Referência

Variação PR Set2025 x Set2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
1.938,7	723,5	55,1	119,0	147,3	1.052,0	(158,2)

Variação PR Set2025 x Jun2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
1.293,0	218,6	8,3	0,0	79,8	984,8	1,5

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava em junho de 2025 (última data base divulgada pelo Bacen) a 12ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional - SFN, 14ª posição em patrimônio líquido, 12ª posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 6ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Bacen, excluído o BNDES.

Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Set 2025	Set 2024	Jun 2025	Jun 2024
Depósitos à Vista	0,8393%	0,9145%	22,1355%	23,3010%
Depósitos de Poupança	1,0779%	1,1248%	11,9337%	12,1544%
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2,1449%	2,2796%	50,9939%	43,6204%
Operações de Crédito	0,9362%	0,9277%	19,0362%	19,6097%
Nº de Agências	3,2452%	3,0802%	45,2741%	33,4993%

(1) Data base: junho 2025 e junho 2024; última informação divulgada pelo Bacen.

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao terceiro trimestre e 9 meses de 2025, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).



Cenário Econômico

O ambiente global tem se caracterizado pela surpresa em relação à demora de impactos efetivos das novas políticas tarifárias dos Estados Unidos (EUA) sobre a economia americana. O crescimento econômico mundial deve manter ritmo similar ao notado no ano passado, com projeções de crescimento para o PIB global em 2,8% para 2025, sustentado principalmente pela resiliência de países emergentes, enquanto EUA, Japão e zona do euro devem desacelerar. A Argentina, por sua vez, pode alcançar um crescimento estimado de 5% este ano, favorecendo a demanda por produtos brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul (RS).

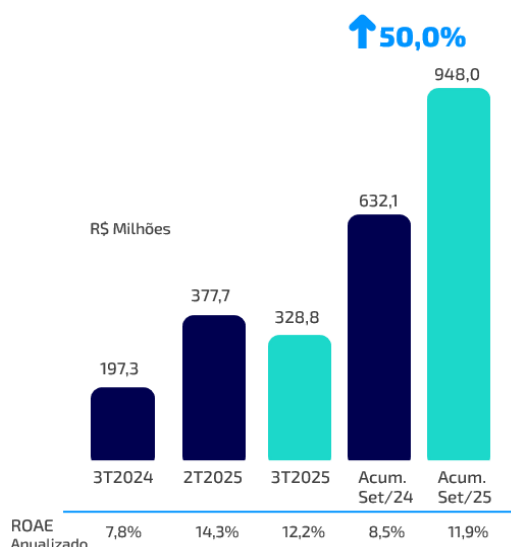
No Brasil, apesar da resiliência observada até setembro de 2025 mesmo em um cenário de elevação da taxa básica de juros, há sinais de moderação no ritmo de crescimento do PIB, que cresceu 2,2% no segundo trimestre ante 2,9% no primeiro trimestre. A inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, apresenta uma tendência ainda irregular de desaceleração, tendo acumulado alta de 5,1% em 12 meses até agosto deste ano.

No RS, por sua vez, os dados do PIB do segundo trimestre de 2025, divulgados pelo Governo do Estado, apontaram queda de 2,7%, tanto em relação ao trimestre anterior quanto na comparação com o mesmo período de 2024. Entre os setores, a agropecuária encolheu 23,9%, com destaque para a soja que apresentou redução de 25,2%, enquanto arroz e milho exibiram crescimento no período. Ademais, a indústria gaúcha cresceu 4,0%, movimento liderado pela indústria de transformação que se expandiu 7,6%, em uma recuperação da base deprimida pelas enchentes de 2024. O setor de serviços cresceu 2,4%, com avanços relevantes em transportes, armazenagem e correio, comércio e outros serviços.

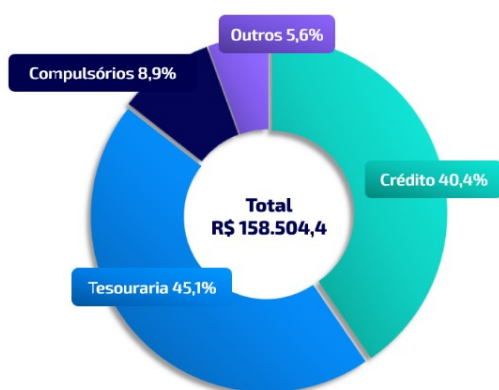
O mercado de crédito no RS apresentou crescimento mais acelerado que a média nacional em agosto de 2025 (12,0% versus 10,1%), com destaque para as concessões às empresas, que cresceram 15,0%. A taxa média de inadimplência no sistema financeiro gaúcho avançou para 3,5%, mas permaneceu ainda abaixo da média nacional, estimada em 3,9% até agosto deste ano.

Desempenho Consolidado

O lucro líquido dos 9M2025 foi 50,0% ou R\$ 315,8 milhões maior que o registrado nos 9M2024, totalizando R\$948,0 milhões ao final de setembro/2025. Os destaques positivos do período foram, especialmente, o incremento da margem financeira, o aumento das receitas de prestação de serviços e o resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais. O resultado foi minimizado pela variação desfavorável das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, das despesas administrativas e das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como pelo consequente efeito tributário.



Composição dos Ativos



O patrimônio líquido alcançou R\$10.877,6 milhões no final de setembro/2025, 4,5% superior a dezembro/2024, refletindo, em especial, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre capital próprio e o provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21 do CMN. No mesmo período, o total em ativos alcançou R\$158.504,4 milhões (7,5% superior a dezembro/2024), e as aplicações em tesouraria totalizaram R\$71.474,8 milhões (15,2% superior a dezembro de 2024).

Produtos e Serviços

Em 2025 implementamos um novo conceito de atendimento voltado para clientes **pessoa jurídica**, com foco na qualificação do relacionamento e na oferta de produtos e serviços especializados, para a construção de relacionamentos de longo prazo e assertividade na concessão de crédito. Oferecemos um portfólio completo de soluções em contas a receber e a pagar para a gestão integrada do fluxo de caixa das empresas, como: soluções de venda e antecipação de recebíveis Vero, cartão Banricompras Empresas com prazos de pagamento flexíveis e parametrizáveis, produtos para capital de giro rotativo (Conta Única) e para folha de pagamento.



Além disso, nossa API - *Application Programming Interface* permite a integração segura e automatizada de diferentes sistemas com os nossos serviços, conectando as plataformas dos clientes PJ às nossas soluções para gestão e controle do negócio. No 3T2025, a **API Pix Banrisul**, cujas transações já ultrapassaram R\$6,2 bilhões em 2025, passou a contar também com o **Pix Automático**: solução para pagamentos recorrentes com gerenciamento total de cobranças. Além da API Pix, reformulamos o novo **Portal Gestão de Cobranças** para simplificar o processo de emissão e gerenciamento de boletos bancários, que também conta com integração via API, possibilitando que as empresas ofereçam serviços financeiros aos seus clientes de maneira prática, segura e automatizada.

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$64.068,1 milhões em setembro de 2025, alta de 3,2% frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo em crédito comercial e financiamentos de longo prazo, minimizada em parte pela retração do crédito rural. O crédito comercial, nossa maior carteira, totalizou R\$39.294,4 milhões e corresponde a 61,3% do total de operações de crédito.

No terceiro trimestre, marcado por atualizações e avanços em inovação e eficiência operacional, mantivemos nosso olhar com o cliente no centro do negócio alinhado à gestão eficiente da carteira. Passamos a oferecer a assinatura eletrônica de contratos, ampliando a segurança e proporcionando maior agilidade na contratação de novos créditos. A Conta Única mantém seu protagonismo nos produtos para PJ, tendo alcançado um saldo superior a R\$2,2 bilhões ao final de setembro/2025.



No âmbito da qualidade dos nossos ativos de crédito, reforçamos a gestão de risco através do olhar atento para clientes com indícios de redução na capacidade de pagamento, adequando o mix de produtos e as concessões via aplicativo. Ainda, lançamos no 3T2025 uma nova fase da funcionalidade **Finanças em Dia** (solução digital de renegociação de dívidas disponibilizada no primeiro semestre de 2025), com a inclusão de novas modalidades de crédito disponíveis para renegociação de forma rápida, transparente e eficaz.

No agronegócio, mantivemos nossa atuação como agente promotor do desenvolvimento do setor, com novas liberações alinhadas à demanda da nova safra e gestão prudente do crédito rural. Participamos ativamente da 48ª Expointer com uma atuação pautada pela responsabilidade, adotando uma postura consultiva e priorizando o apoio ao produtor rural gaúcho com orientação financeira, reestruturação de obrigações e iniciativas de valorização do agronegócio. Os sucessivos eventos climáticos ocorridos no RS ainda impactam a procura por novos financiamentos, migrando a demanda para prorrogações de dívidas de safras anteriores, em um cenário de aumento das taxas de juros do Plano Safra 2025/2026 lançado pelo Governo Federal no início do 3T2025. Em setembro, através da Medida Provisória n.º 1.314/25, o Governo Federal anunciou apoio ao setor ao autorizar os produtores a acessarem crédito via recursos do BNDES, com prazo estendido, voltado à reestruturação de suas obrigações – linha de crédito que estamos operacionalizando.

Recursos Captados e Administrados



Nossa carteira de recursos captados e administrados, composta por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e fundos de investimento, cresceu 10,0% nos 9M2025 e alcançou R\$127.789,4 milhões. Os depósitos, principal instrumento de captação, cresceram R\$7.387,3 milhões no período (+8,4%) e representam 64,8% dos recursos captados. Oferecemos produtos pré e pós-fixados para os clientes e, dentro dessas modalidades, 70,8% são pós-fixados, com remuneração atrelada ao DI.

Neste 3T2025 concluímos a terceira e a quarta emissões de Letras Financeiras Subordinadas, nos montantes de R\$700,0 milhões e R\$300,0 milhões, respectivamente, representando instrumentos estratégicos voltados ao fortalecimento da estrutura de capital. Durante o mesmo período, a carteira de captação, composta por CDBs, Letras de Crédito e Letras Financeiras, apresentou crescimento de 2,4%. Dentre os produtos, destacaram-se as Letras Financeiras prefixadas, que registraram evolução significativa, passando de R\$192,0 milhões no 2T2025 para R\$626,0 milhões ao final do 3T2025, um incremento de aproximadamente 226,0%.

Através da subsidiária Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, administramos diversos fundos e carteiras de investimento de renda fixa e variável, com foco na visão estratégica e abordagem orientada por dados, análises e inteligência de mercado. Em setembro/2025, alcançamos a marca de R\$20,6 bilhões de saldo em recursos administrados.

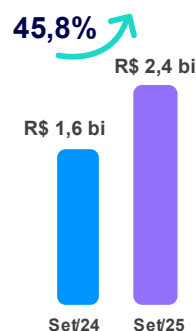
Soluções em Câmbio

Oferecemos soluções completas em câmbio para pessoas físicas e jurídicas, como Conta Internacional, Câmbio Pronto, Cartas de Crédito e Financiamentos à Importação e Exportação. No 3T2025 mantivemos o fortalecimento das estratégias comerciais voltadas ao segmento de clientes pessoa jurídica, especialmente aqueles com perfil exportador, oferecendo excelência no atendimento e soluções customizadas para cada perfil de empresa.

A Banri Global Account, lançada em setembro/2024, consolidou-se como uma solução eficiente para clientes com demandas internacionais.



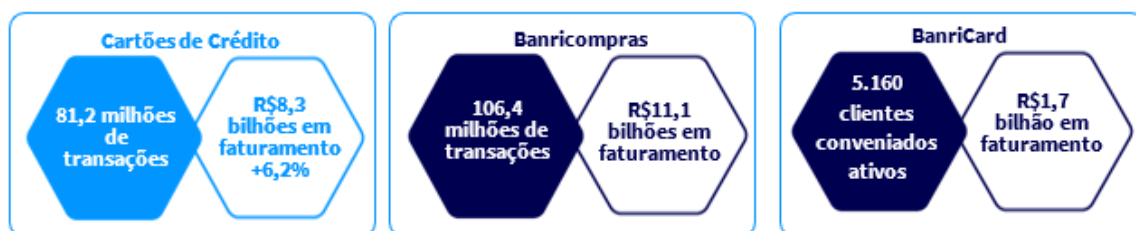
Carteira de Câmbio



Nossa carteira de câmbio apresentou avanço consistente, passando de R\$1,6 bilhão em setembro/2024 para R\$2,4 bilhões ao final de setembro/2025 — crescimento de 45,8%. Esse desempenho foi impulsionado pela expansão da atuação comercial e pelo aumento expressivo nas operações de câmbio pronto, cujo volume acumulado até setembro/2025 atingiu R\$13,0 bilhões, igualando o total registrado em todo o exercício de 2024. A qualidade da carteira segue sendo um dos principais pilares, confirmada pela baixíssima inadimplência, fruto da gestão criteriosa, do atendimento personalizado e do profundo conhecimento dos negócios de nossos clientes. O desempenho reforça nosso compromisso com a inovação e com o apoio à forte vocação exportadora do Rio Grande do Sul.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,4 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de setembro de 2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$662,2 milhões nos 9M2025.



Neste trimestre, intensificamos nossa estratégia de digitalização e fidelização de clientes, com foco em soluções inovadoras como suporte completo às carteiras digitais Apple Pay e Google Pay, permitindo que os clientes utilizem seus cartões de crédito Banrisul Mastercard diretamente pelo seu smartphone IOS ou Android. Também lançamos a promoção Carteira Premiada com recompensas reais e atrativas, destinadas aos clientes que utilizam o cartão Banrisul Mastercard através das carteiras digitais, e firmamos parcerias estratégicas para concessão de descontos na compra de ingressos com cartões Banrisul Mastercard, Visa e Banricompras, para shows e espetáculos em quatro casas de eventos do Estado. No Banriclub ampliamos os benefícios por meio de parcerias estratégicas, especialmente com programas de vantagens de linhas aéreas.

Rede de Adquircencia Vero

A Vero é muito mais que uma maquininha.



A Vero está em constante evolução para oferecer uma experiência cada vez mais moderna, ágil e eficiente aos seus credenciados. Neste trimestre, foram realizadas importantes atualizações nas máquinas POS e no aplicativo Vero Vendas, para vendas com leitor Bluetooth e *Tap On Phone*. As novidades incluem a possibilidade de receber pagamentos via Pix por aproximação, e a geração de QR Code da Vero Wallet para vendas nas modalidades Banricompras Pré-datado, Banricompras Parcelado, Crédito Parcelado Lojista e Crédito Parcelado Emissor. Também lançamos a plataforma **Banrisul Ofertas**, uma conexão entre os credenciados Vero e os correntistas Banrisul para os estabelecimentos cadastrarem promoções disponíveis aos clientes no *app*.

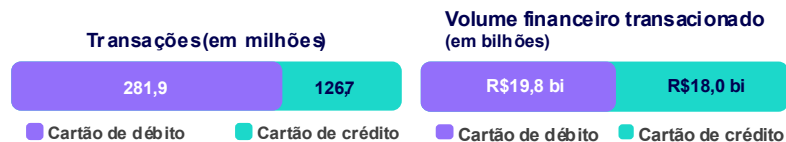


Aplicativo Vero Gestão

- ✓ Gestão de vendas em tempo real.
- ✓ Antecipação de recebíveis.
- ✓ Gráficos e relatórios inteligentes.
- ✓ Venda à distância.
- ✓ Gestão de pagamentos recorrentes.
- ✓ Simulação de vendas.

Mais do que soluções de pagamento, a Vero oferece ferramentas de gestão, de controle e de crescimento para o negócio. O **App Vero Gestão** agrega valor às soluções Vero, sendo um diferencial competitivo que coloca o controle do negócio nas mãos do empreendedor.

No 3T2025 a Vero credenciou mais de 2,6 mil novos estabelecimentos, e encerrou os 9M25 com 148,8 mil estabelecimentos credenciados ativos. No período, foram capturadas 408,6 milhões de transações, atingindo um volume financeiro transacionado de R\$37,8 bilhões, 1,8% maior frente aos nove primeiros meses de 2024.



Nos nove primeiros meses de 2025, o volume de antecipação de recebíveis totalizou R\$7,9 bilhões, equivalente a 40,8% do volume passível de antecipação, o que representa um incremento de 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Consórcio

A Banrisul Consórcios oferece soluções completas para aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola e veículos pesados, com atendimento presencial e digital para simulação, contratação e gestão das cotas, proporcionando praticidade, segurança e autonomia aos consorciados. No 3T2025 foram contempladas 2.708 cotas nas modalidades de veículos e imóveis.

Neste trimestre, complementando as alternativas de investimento patrimonial, lançamos um novo grupo com perfil diferenciado, voltado para a aquisição de veículos pesados, máquinas e implementos agrícolas, e carros de alto padrão – **Clube dos Gigantes**. A novidade deste grupo é a possibilidade de o consorciado utilizar o valor do veículo atual como lance, mesmo sem precisar vendê-lo previamente.



Seguridade

Nosso segmento de seguros e previdência privada possui produtos pensados para assegurar o futuro e a tranquilidade de nossos clientes e seus familiares. No 3T2025, realizamos o primeiro Lab de Ideação em Seguridade com foco na criação de produtos e ferramentas personalizadas para melhorar a experiência do cliente, incluindo melhorias no Portal de Vendas de Seguros de Vida, Títulos de Capitalização e Previdência Privada, além de campanhas de angariação de previdência e ações de vendas de seguro de vida digital e capitalização.

A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização alcançou R\$1,9 bilhão no acumulado do ano. As receitas totais atingiram R\$294,8 milhões; destas, as receitas de comissões de corretagem corresponderam a R\$228,1 milhões, 8,3% maiores que no mesmo período do ano anterior. Em setembro de 2025, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,4 milhões de contratos.

Relacionamento com o Cliente

Trabalhamos permanentemente na melhoria contínua da experiência do cliente, e como resultado alcançamos em setembro/2025 a classificação verde na auditoria de autorregulação bancária da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com nota de 96,7 - acima da média do setor que foi 95,0. Por meio de visitas de auditores no formato clientes ocultos, a avaliação analisou critérios como acessibilidade, atendimento, transparência e respeito ao consumidor.



Em 2025 implementamos um novo conceito de atendimento voltado para pequenas e médias empresas, com foco na qualificação do relacionamento com clientes, maior agilidade nos processos e aumento da eficiência operacional. Os espaços Banrisul Empresas foram projetados para atender as demandas específicas dos clientes e reúnem um time com ampla expertise em soluções financeiras empresariais. Atualmente, já estão em operação oito unidades, localizadas em Pelotas, São Leopoldo, Erechim, Gravataí, Santa Cruz do

Sul, Bento Gonçalves, Porto Alegre e Santa Maria. Para 2026, o projeto contemplará também os municípios de Canoas, Novo Hamburgo, Passo Fundo e Caxias do Sul.



No 3T2025 inauguramos a agência Banrisul Corporate, voltada exclusivamente para o atendimento de empresas de grande porte, com o objetivo de elevar nosso *market share* nesse importante nicho de mercado no atendimento dos clientes atuais e potenciais. O novo espaço oferece um nível ainda mais elevado de personalização e soluções financeiras sob medida, com acompanhamento dedicado e profundo conhecimento das operações dos clientes. A Banrisul Corporate também funciona como um *backoffice* para nossa carteira corporativa,

garantindo mais agilidade, padronização e eficiência nos processos.

Avançamos também na estratégia de eficiência operacional e otimização de agências, considerando critérios como sobreposição de atendimento e oportunidades de ganho de escala, e intensificamos os estudos sobre a presença institucional nos mercados onde atuamos, buscando melhorar nossa atuação e fortalecer a presença em regiões estratégicas.



90,74%
Abrangência no
Rio Grande do Sul



480
Agências

461 no Rio Grande do Sul
15 em Santa Catarina
4 em outros Estados

340 Pontos de Atendimento
Eletrônico – PAEs

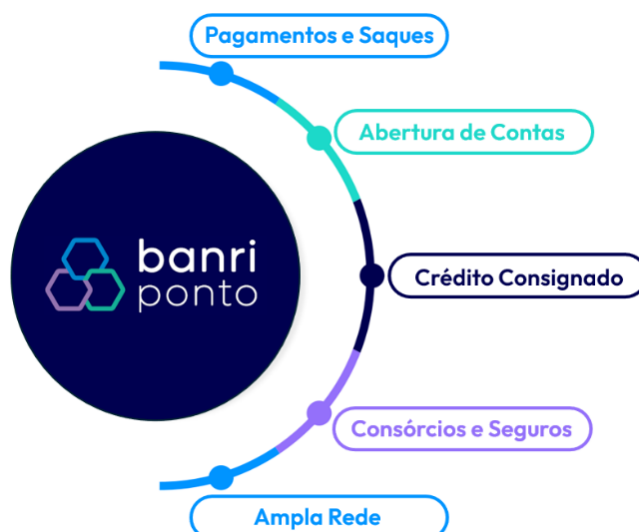
113 Postos de Atendimento – PAs

943 Banripontos

Contamos com **593 pontos de negócios** exclusivos, incluindo agências de varejo, espaços especializados e postos de atendimento, distribuídos majoritariamente no Rio Grande do Sul, com presença também em Santa Catarina e outros estados.

A rede é complementada por uma ampla estrutura de autoatendimento e de correspondentes Banripontos, presentes em dois terços dos municípios do RS e que se consolidaram como um dos principais canais complementares de negócios e atendimento, contribuindo para a inclusão financeira e para a ampliação da capilaridade do Banco.

Em setembro de 2025 formalizamos uma parceria com a **Wiz Co**, empresa de capital aberto e líder nacional em *bancassurance*, um passo estratégico de união de expertises que possibilitará a transformação do modelo de Banripontos — hoje majoritariamente transacional — em um canal de negócios mais completo, com capacidade de ofertar soluções de crédito, seguros, consórcios e serviços digitais de forma integrada e eficiente, além de ampliar nossa



presença na maioria dos municípios do Estado, reforçando o nosso papel como agente de desenvolvimento econômico e social.

Já instalamos e disponibilizamos 331 **ATMs Recicladores** em estabelecimentos comerciais e agências de várias cidades do RS, que eliminam o uso de envelopes e reutilizam o dinheiro depositado para novos saques. Até o final deste ano está prevista a instalação de **1.000 equipamentos**.

Estes equipamentos permitem, entre outras transações, saques e depósitos online para **mais de 150 bancos** conectados à Rede Banco24Horas, bem como transações internacionais por meio das redes Visa e Mastercard, ampliando a base de usuários e permitindo que nossos serviços sejam utilizados por todas as pessoas do Estado, clientes ou não, impulsionando a **geração de receitas** recorrentes com serviços bancários.

Somos o primeiro banco no Brasil a compartilhar nossa rede de autoatendimento.

+1,7 milhão de transações

74,0% clientes Banrisul

26,0% outras IF



Canais Digitais

Contamos com cinco canais digitais: Minha Conta, Afinidade e Office Mobile, disponíveis no aplicativo Banrisul; além do Office e do Home Banking, acessíveis via web.

87,9% das operações
nos 9M2025 ocorreram em
canais digitais

542,4 milhões de acessos
nos 9M2025
+9,2%

+17,1% total de operações
+10,3% volume transacionado
+9,7% transações financeiras

App de cara nova

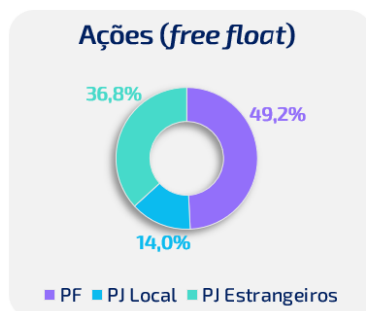
Reforçando nosso compromisso com a inovação, a experiência do cliente e a transformação digital, o App Banrisul foi totalmente reformulado a partir de pesquisas com clientes, com lançamento no 3T2025, que marca um novo capítulo na jornada digital do Banrisul. O aplicativo foi redesenhado para refletir as necessidades reais dos clientes e oferecer uma experiência de uso mais intuitiva, acessível e segura, trazendo evoluções como informações principais da conta em maior destaque, espaço para produtos estratégicos do Banco e atalhos para tarefas do dia a dia. A nova versão do extrato oferece uma experiência mais completa e integrada das informações e um acesso direto aos comprovantes de movimentações financeiras, trazendo praticidade e clareza ao usuário. Ainda, o menu Finanças em Dia, que categoriza despesas e permite definir orçamentos mensais, complementa a experiência do cliente no centro da sua vida financeira e contribui para a redução da inadimplência, uma vez que o menu também direciona o usuário para a renegociação dos seus débitos.



Governança Corporativa

Nossa estrutura de Governança Corporativa está consolidada, com atribuições claramente definidas e foco permanente na evolução dos métodos, políticas e processos decisórios, em alinhamento às melhores práticas de mercado. Desde 2007, o Banco está listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, atendendo integralmente aos requisitos desse segmento. Adicionalmente, adotamos práticas complementares exigidas de companhias listadas no Novo Mercado, o que reforça nosso compromisso com a transparência, equidade e prestação de contas. Essa postura contribui para a geração de valor aos acionistas e fortalece nossa credibilidade junto a investidores e clientes. Informações detalhadas sobre Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores: (ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#)).

Estrutura Acionária



Nossas ações são negociadas sob os *tickers* BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em oito índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total.

Nossa base acionária conta ainda com aproximadamente 146 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25%, respectivamente. A seguir apresentamos alguns indicadores de mercado:

R\$4,9 bilhões
Valor de mercado

R\$15,6 milhões
de Volume Médio Diário
Negociação (90 dias)

10,4%
Dividend Yield
em 12 meses

Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio e, historicamente, a remuneração aos acionistas com pagamento de Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Dividendos supera o mínimo legalmente exigido. Nos 9M2025 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$356,4 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando nossas informações financeiras, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) e [Cadastre-se no Mailing](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Gestão de Capital e de Risco

Tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais estamos sujeitos:

Risco de Crédito	Melhorias constantes na apuração do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada – RWACPAD.
Risco de Mercado	Os indicadores de risco mantiveram-se controlados, tendo permanecido em níveis adequados e de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Appetite por Riscos – RAS.
Risco de Liquidez	Os níveis de risco mantiveram-se controlados e de acordo com os limites estabelecidos em políticas internas.
Risco Operacional	A nova metodologia (RWAOPAD), orientada conforme Resolução BCB n.º 356/23 não recebeu críticas nas entregas do período, sem a necessidade de ajustes.
Riscos ESG	Monitoramento da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente, e está disponível no site de Relações com Investidores, (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Investimento e Inovação

Trabalhamos permanentemente no ecossistema de inovações para proporcionar produtos e serviços que combinem qualidade, confiança e tecnologia, centrados na experiência do cliente. Por meio de iniciativas estratégicas voltadas à inovação, segurança da informação e eficiência operacional, consolidamos avanços significativos no 3T2025 em diversas frentes:

Certificação Funcional Server para FIDO2 (<i>Fast Identity Online 2</i>): evolução dos sistemas de autenticação online para proteção de dados e acesso.	
Estratégia Digital	Ultrapassamos a marca de 250 mil contas digitais abertas.
	Novo App Banrisul com interface mais moderna e intuitiva.
	Plataforma Vero Gestão Web- centralizando informações operacionais e financeiras para o credenciado.
	Melhorias para clientes PJ, incluindo novo menu de empréstimos e ajustes de limites.
	Melhorias na área Pix ampliando a usabilidade e aprimorando as informações exibidas no extrato.
Relacionamento com o cliente	Consolidação de serviços na área Banricompras.
	Soluções integradas no ecossistema financeiro para pagamento de boletos.
	Nova plataforma Banrisul Ofertas, que conecta estabelecimentos credenciados à Vero com os clientes Banrisul.
	Novo portal Gestão de Cobranças para criação de boletos de cobrança, de forma simples e intuitiva, melhorando a experiência do cliente.
Modernização e Eficiência Operacional	Migração de 7.800 usuários para a plataforma colaborativa M365.
	Agência do Futuro: aumento da velocidade dos links de comunicação; virtualização de servidores; fortalecimento da segurança da informação.
	Artificial Intelligence for IT Operations (AIOPS), para maior disponibilidade e performance dos serviços de TI que sustentam os negócios do Banco.
	Nova solução de extratos históricos, gerando economia de custos e receitas com tarifação automatizada.
	Automação no sistema de resfriamento do Data Center Zona Sul para maior eficiência energética e segurança dos equipamentos.

Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$286,3 milhões nos 9M2025, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura de TI (hardware e software).

Banritech

Em 2025, o Programa de Aceleração de Startups Banritech Fly foi redesenhado para alinhar-se aos desafios reais da Instituição. O novo ciclo foi lançado oficialmente no dia 28 de julho, com divulgação ativa para centenas de hubs de inovação de todo o país, obtendo alcance em importantes canais de inovação. Foram recebidas inscrições de startups de 7 Estados do Brasil, e 8 foram selecionadas para seguirem no ciclo de aceleração que contempla 6 desafios propostos em edital: Gestão de Imóveis, Performance Interna, Programa de Fidelidade, Inteligência de Mercado, Agregador Financeiro PJ e Garantia Tokenizada. O próximo passo será a realização de mentorias e validações diretas com as equipes do Banrisul e, ao final do ciclo, ocorrerá o Pitch Day para seleção dos três destaques.

Sustentabilidade

No âmbito da responsabilidade social, ambiental e climática, aprovamos a revisão da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e finalizamos a nova ferramenta para diagnóstico e monitoramento desta política, o Painel PRSAC. Elaborado com assessoria de consultoria técnica em Finanças Sustentáveis, o Painel irá auxiliar na verificação da efetividade e suficiência das ações institucionais adotadas para a implementação da PRSAC, no âmbito da Resolução nº 4.945/21 do CMN e alinhada ao nosso Planejamento Estratégico.

Desde 2013 somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas, assumindo o compromisso com a gestão de riscos ambientais e climáticos. No terceiro trimestre de 2025 avançamos na migração do consumo de energia elétrica para fontes renováveis com a locação de duas usinas fotovoltaicas, uma delas em operação desde o mês de agosto/2025 e a outra em construção, com previsão de conclusão para junho/2026. Desta forma, quando em total funcionamento, ampliaremos o consumo por meio de fontes renováveis de 46,0% para aproximadamente 75,0% do nosso consumo total de energia elétrica, tendo como base os dados do ano de 2024. Além de reduzirmos as emissões de gases de efeito estufa, a migração deverá gerar redução nas despesas com energia elétrica nos próximos 15 anos.



Usina Fotovoltaica em São Lourenço do Sul/RS

Pessoas

Nossa política de recursos humanos é pautada na transparência e no respeito às singularidades. Valorizamos nosso capital humano através de políticas estruturadas de gestão de pessoas, educação corporativa e inclusão.



22,2% em cargos de administração
33,4% em funções de liderança



O programa Banrisul Nosso Jeito, que promove jornadas de desenvolvimento profissional em âmbito técnico e comportamental para todas as funções, tem avançado significativamente nas etapas de preparação dos gestores executivos, incluindo alta liderança, e do time comercial.



No 3T2025 alcançamos um importante marco para o futuro: implementamos uma Reestruturação de Funções Comissionadas Comerciais e Administrativas na rede de agências e nas áreas administrativas, construída juntamente com as bases sindicais de modo a preservar salários e sustentar uma transição segura para todas as partes envolvidas. Essa reestruturação, além de alinhar os modelos de progressão de carreira e de remuneração com as práticas de mercado, também garantiu segurança jurídica nas relações de trabalho por ela abarcadas, mitigando impasses frente a passivos trabalhistas.

Ações e Programas Culturais e Sociais

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais, como o Projeto Pescar, que atende jovens em situação de vulnerabilidade social; o Programa Jovem Aprendiz Legal voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho e viabilizado através de parcerias com instituições formadoras; e iniciativas de educação financeira



por meio da plataforma Banrieduca, com ações presenciais em escolas, universidades e empresas através dos nossos multiplicadores.

No escopo da diversidade e acessibilidade, além de ações voltadas à conscientização sobre o autismo e orgulho LGBTQIAP+, contamos com 1.328 colaboradores habilitados em Libras. Nossa Política de Inclusão e Diversidade tem como pilares o respeito às diferenças, a equidade de oportunidades e o fortalecimento do senso de pertencimento entre os colaboradores. Fomos o primeiro Banco a reservar vagas para pessoas trans em nosso concurso público.



Em setembro/2025 a proposta de criação do Instituto Banrisul Cultural foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – um importante passo na consolidação do nosso compromisso histórico com o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado. O Banrisul Cultural é uma iniciativa que visa apoiar projetos que promovam inclusão, preservação do patrimônio histórico e valorização da diversidade artística.

No 3T2025 também anunciamos a autorização de alocação de R\$10,0 milhões para a recuperação, restauração, modernização e manutenção de acervos de cerca de 40 bibliotecas públicas, priorizando aquelas que sofreram danos severos nas enchentes de 2024 e desempenham papel essencial na promoção da leitura e da cidadania. A primeira biblioteca contemplada pela iniciativa foi a Bibliotheca Pública Pelotense (BPP), instituição fundada em 1875 e um dos símbolos históricos e culturais do Estado.

Reconhecimentos

Agosto/2025

Banrisul conquista Selo Ouro por excelência na gestão de emissões de gases de efeito estufa pelo quarto ano consecutivo.



O Banrisul recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, evidenciando sua consistência na gestão climática - um dos pilares centrais do ESG (*Environmental, Social and Governance*, ou Ambiental, Social e Governança, em português). O reconhecimento é resultado do esforço contínuo na mensuração, verificação e transparência das emissões de gases de efeito estufa (GEE) da empresa.

Setembro/2025

Presidente do Banrisul é homenageado com o 26º Troféu Guri.

O presidente do Banrisul, Fernando Lemos, recebeu a premiação do Troféu Guri, promovido pelo Grupo RBS, na cerimônia de entrega realizada na Casa RBS, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio. Em sua 26ª edição, o Troféu Guri é uma das mais tradicionais premiações do Estado que homenageia personalidades que se destacam em suas áreas de atuação e ajudam a alavancar o Rio Grande do Sul para além de suas fronteiras.

Diretor do Banrisul é homenageado com o Prêmio Ceres.

O diretor de Desenvolvimento do Banrisul, Fernando Postal, foi agraciado com o Prêmio Ceres durante evento na Casa da Rede Pampa, na 48ª Expointer, em Esteio. A distinção, concedida pela Associação das Empresas Cerealistas do Brasil e pela Associação das Empresas Cerealistas do Rio Grande do Sul valoriza personalidades que desempenham um papel fundamental no fortalecimento do setor.

Banrisul alcança classificação verde inédita na auditoria de autorregulação da Febraban.

O Banrisul alcançou, pela primeira vez, a classificação verde no processo de auditoria da autorregulação bancária da Febraban, em seu 11º ciclo. A avaliação, que trata do eixo de Relacionamento com o Consumidor, busca verificar a conformidade do atendimento nas agências. O Banrisul recebeu a nota final de 96,7 pontos, superior à média do setor, que foi de 95.



Banrisul está entre as 100 maiores empresas do Brasil.

O Banrisul está entre as 100 primeiras maiores empresas do País no levantamento das 1.000 empresas do ranking EXAME MELHORES E MAIORES 2025, da revista Exame. Também o Banrisul está na segunda posição no estudo feito pela Exame das principais companhias gaúchas em 2024.

Banrisul é um dos 20 maiores bancos do País.

O Banrisul foi destaque no ranking Valor 1000, edição de 2025, no setor de Bancos, elaborado pelo jornal Valor Econômico. No ranking setorial de Bancos, o Banrisul está entre os 20 maiores em operações de crédito, em depósitos totais, em patrimônio líquido, em receita de intermediação e com melhor resultado operacional sem a equivalência patrimonial.

Agradecimentos

O desempenho obtido no período reflete o êxito das medidas que implementamos. Os resultados evidenciam a credibilidade da Instituição e o comprometimento dos nossos funcionários, clientes, investidores e fornecedores com o propósito que nos une.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Individual	Consolidado
		30/09/2025	30/09/2025
Disponibilidades	6	1.203.096	1.203.099
Ativos Financeiros		147.456.788	151.035.396
Ao Custo Amortizado		124.828.661	127.824.699
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	14.083.357	14.083.357
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	2.737.412	2.737.412
Títulos e Valores Mobiliários	9	44.398.773	44.407.503
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	64.053.698	64.068.140
Outros Ativos Financeiros	11	3.137.379	6.113.955
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.581.958)	(3.585.668)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(3.530.024)	(3.530.425)
(Outros Ativos Financeiros)		(51.934)	(55.243)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		20.301.130	20.301.130
Títulos e Valores Mobiliários	12	20.301.130	20.301.130
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		2.326.997	2.909.567
Títulos e Valores Mobiliários	13	2.243.100	2.825.670
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	83.897	83.897
Ativos Fiscais		3.843.378	4.129.599
Correntes		196.415	396.975
Diferidos	15a	3.646.963	3.732.624
Outros Ativos	14	681.395	767.605
Investimentos		4.102.780	140.294
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	16	4.102.780	140.294
Imobilizado de Uso	17	712.192	903.270
Imobilizações de Uso		1.633.848	1.953.765
(Depreciação Acumulada)		(921.656)	(1.050.495)
Intangível	18	325.111	325.111
Ativos Intangíveis		1.913.821	1.915.166
(Amortização Acumulada)		(1.588.710)	(1.590.055)
Total do Ativo		158.324.740	158.504.374

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	Individual	Consolidado
		30/09/2025	30/09/2025
Passivos Financeiros		141.924.095	141.622.696
Ao Custo Amortizado		140.215.763	139.914.364
Depósitos	19	96.495.394	95.582.159
Captações no Mercado Aberto	19	23.188.305	23.055.660
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	9.379.086	8.505.307
Letras Financeiras Subordinadas	19	1.496.808	1.496.808
Obrigações por Empréstimos	19	2.375.811	2.379.502
Obrigações por Repasses	19	3.774.629	3.774.629
Outros Passivos Financeiros	20	3.505.730	5.120.299
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.608.111	1.608.111
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	445	445
Dívidas Subordinadas	21	1.607.666	1.607.666
Provisão para Perda Esperada		100.221	100.221
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		93.267	93.267
Garantias Financeiras Prestadas		6.954	6.954
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23a	3.043.578	3.050.749
Passivos Fiscais		449.078	770.006
Correntes		143.739	450.378
Diferidos	15b	305.339	319.628
Outros Passivos	24	2.033.734	2.183.313
Total do Passivo		147.450.485	147.626.764
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		8.300.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.488.738	2.488.738
Outros Resultados Abrangentes		(139.648)	(139.648)
Lucros Acumulados		220.067	220.067
Participação de Não Controladores		-	3.355
Total do Patrimônio Líquido		10.874.255	10.877.610
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		158.324.740	158.504.374

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
		01/01 a	01/01 a
	Nota	30/09/2025	30/09/2025
Receitas de Intermediação Financeira		15.801.737	15.860.530
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		8.037.835	8.037.835
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		6.585.907	6.644.700
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(338.614)	(338.614)
Resultado de Operações de Câmbio		232.344	232.344
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.284.265	1.284.265
Despesas de Intermediação Financeira		(11.267.231)	(11.071.998)
Operações de Captação no Mercado		(10.755.950)	(10.560.454)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(511.281)	(511.544)
Resultado de Intermediação Financeira		4.534.506	4.788.532
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(708.911)	(710.522)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(784.466)	(784.539)
Outros Instrumentos Financeiros		75.555	74.017
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(2.848.228)	(2.823.198)
Receitas de Prestação de Serviços	26	768.159	1.579.135
Despesas de Pessoal	27	(1.978.454)	(1.993.933)
Outras Despesas Administrativas	28	(1.501.706)	(1.595.024)
Despesas Tributárias		(304.170)	(423.400)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	16	606.129	69.298
Outras Receitas Operacionais	29	419.489	509.838
Outras Despesas Operacionais	30	(436.808)	(548.721)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23a	(420.867)	(420.391)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		977.367	1.254.812
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31	(29.872)	(306.840)
Corrente		1.548	(292.873)
Diferido		(31.420)	(13.967)
Lucro Líquido do Período		947.495	947.972
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		947.495	947.495
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	477
Lucro por Ação	32		
Lucro Básico e Diluído por Ação- R\$			
Ação Ordinária		2,32	2,32
Ação Preferencial A		2,43	2,43
Ação Preferencial B		2,32	2,32

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Lucro Líquido do Período	947.495	947.972
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	19.741	19.741
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	19.741	19.741
Variação de Valor Justo	35.785	35.785
Efeito Fiscal	(16.044)	(16.044)
Itens não Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	(53.175)	(53.175)
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(53.175)	(53.175)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(96.559)	(96.559)
Efeito Fiscal	43.384	43.384
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	(33.434)	(33.434)
Resultado Abrangente Líquido do Período	914.061	914.538
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	914.061	914.061
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	477

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

	Atribuível aos Acionistas da Controladora											
			Reservas de Lucros									
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros	ORA	Lucros Acumulados	Total Individual	Participação de Não Controladores	Total Consolidado
Saldo em 31/12/2024		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN nº 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21)		-	-	-	-	-	-	-	(164.160)	(164.160)	-	(164.160)
Saldo de Abertura 01/01/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	(164.160)	10.245.842	3.706	10.249.548
Aumento de Capital		300.000			(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	19.741	-	19.741	-	19.741
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(53.175)	-	(53.175)	-	(53.175)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	4.352	4.352	-	4.352
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	947.495	947.495	477	947.972
Destinação do Lucro Líquido	25c											
Constituição de Reservas		-	-	30.944	154.720	25.551	-	-	(211.215)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(290.000)	(290.000)	-	(290.000)
Dividendos Provisionados		-	-	-	-	-	66.405	-	(66.405)	-	-	-
Saldo em 30/09/2025		8.300.000	5.098	836.051	1.560.731	25.551	66.405	(139.648)	220.067	10.874.255	3.355	10.877.610

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	977.367	1.254.812
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	692.647	1.263.475
Depreciação e Amortização	268.618	301.480
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(606.129)	(69.298)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	(86.785)	(86.785)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	708.911	710.522
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(12.835)	(12.835)
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	420.867	420.391
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	(192.559)	(217.949)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	66.362	66.362
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	(2.366.427)	(2.366.427)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.003.458	2.080.800
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	240.846	240.846
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.887.292)	(1.888.019)
Outros Ativos Financeiros	1.981.098	2.082.594
Ativos Fiscais	(96.789)	(283.276)
Outros Ativos	(133.303)	(149.695)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(512)	(1.134)
Aumento/(Redução) em Passivos	9.443.993	8.855.389
Depósitos	7.849.159	7.387.269
Captações no Mercado Aberto	852.074	816.666
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.684.468	1.568.843
Obrigações por Empréstimos e Repasses	910.112	663.644
Outros Passivos Financeiros	(2.297.277)	(1.490.720)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(272.456)	(272.538)
Passivos Fiscais	186.142	631.229
Outros Passivos	657.806	(47.208)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(126.035)	(401.796)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades Operacionais	10.921.448	11.155.727
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	255.082	104.811
(Aumento)/Redução Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados		
Abrangentes	(1.952.966)	(1.951.082)
(Aumento)/Redução Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(9.307.952)	(9.308.772)
Alienação de Imobilizado de Uso	14.420	22.474
Alienação de Intangível	186	186
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	(416)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(119.654)	(166.369)
Aquisição de Intangível	(22.522)	(22.522)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Investimento	(11.133.822)	(11.321.274)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Letras Financeiras Subordinadas	1.000.000	1.000.000
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(111.267)	(111.267)
Dividendos Pagos	(35.978)	(35.978)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(290.000)	(290.000)
Liquidação de Arrendamentos	(87.096)	(88.212)
Variação na Participação de Não Controladores	-	(351)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Financiamento	475.659	474.192
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	263.285	308.645
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	1.726.975	1.784.836
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	12.835	12.835
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	2.003.095	2.106.316

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Receitas (a)	16.280.474	17.238.981
Receitas de Intermediação Financeira	15.801.737	15.860.530
Receitas de Prestação de Serviços	768.159	1.579.135
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	(708.911)	(710.522)
Outras Receitas Operacionais	419.489	509.838
Despesas (b)	(11.267.231)	(11.071.998)
Despesas de Intermediação Financeira	(11.267.231)	(11.071.998)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(2.069.411)	(2.242.654)
Materiais, Energia e Outros	(1.565.936)	(1.706.709)
Serviços de Terceiros e Técnicos Especializados	(503.475)	(535.945)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	2.943.832	3.924.329
Depreciação e Amortização (e)	(268.618)	(301.480)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	2.675.214	3.622.849
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	606.129	69.298
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	606.129	69.298
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	3.281.343	3.692.147
Distribuição do Valor Adicionado	3.281.343	3.692.147
Pessoal	1.727.541	1.742.122
Remuneração Direta	1.206.186	1.217.418
Benefícios	444.582	446.753
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	76.773	77.951
Impostos, Taxas e Contribuições	584.955	982.051
Federais	547.586	922.796
Estaduais	18	242
Municipais	37.351	59.013
Remuneração de Capitais de Terceiros	21.352	20.002
Aluguéis	21.352	20.002
Remuneração de Capitais Próprios	947.495	947.972
Juros sobre o Capital Próprio	290.000	290.000
Dividendos	66.405	66.405
Lucros Retidos do Período	591.090	591.090
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	477

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas da seguinte forma:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o artigo 77º da Resolução CMN nº 4.966/21, que faculta às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen de elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) adicionalmente às demonstrações financeiras em padrão internacional (IFRS) até o exercício de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). A resolução dispõe sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e instrumentos de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Nesse sentido, determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Em 23 de novembro de 2023, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, com aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a

funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 também trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (Teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva (TJE) de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em Notas Explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Além disso, a Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

Conforme estabelecido no artigo 70º da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 94º da Resolução BCB nº 352/23, as mudanças nos critérios e políticas contábeis decorrentes da adoção desses normativos foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial em 01 de janeiro de 2025. Ainda, as demonstrações financeiras relativas aos períodos do ano de 2025 não apresentam informações comparativas, conforme dispensa do artigo 79º da Resolução 4.966/21 e do artigo 102º da Resolução BCB nº 352/23.

A Resolução CMN nº 4.975/21 estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária. Os novos critérios estabelecidos pela norma são aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 07 de novembro de 2025.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou detém direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 30/09/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação do Capital (%) 30/09/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregado no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

(b) Informações da Adoção Inicial

As Resoluções BCB nº 92/21 e nº 390/24, que dispõem sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), juntamente às Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21, ensejaram transferência de saldo entre contas do Balanço Patrimonial, assim como a abertura de contas novas. As tabelas a seguir apresentam a classificação dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e a reclassificação e remensuração em 01 de janeiro 2025.

Balço Patrimonial – Ativo				Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	-	-	1.126.979
Ativos Financeiros	139.669.659	-	(6.193)	139.663.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	57.685.558	(22.594.722)	(60)	35.090.776
	-	4.246.558	-	4.246.558
	-	18.348.164	-	18.348.164
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.045.229	-	5.056	62.050.285
Outros Ativos Financeiros	5.293.727	(87.116)	-	5.206.611
	-	87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.650.553)	-	(116.459)	(2.767.012)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	(2.600.094)	-	(116.459)	(2.716.553)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	-	-	(50.459)
Ativos Fiscais	3.644.538	-	133.471	3.778.009
Correntes	143.649	-	-	143.649
Diferidos	3.500.889	-	133.471	3.634.360
Outros Ativos	545.642	-	2.450	548.092
Investimentos	3.663.411	-	(740)	3.662.671
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	3.663.411	-	(740)	3.662.671
Imobilizado de Uso	481.248	-	231.037	712.285
Imobilizações de Uso	1.152.022	-	461.899	1.613.921
(Depreciação Acumulada)	(670.774)	-	(230.862)	(901.636)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	-	-	1.891.692
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	-	-	(1.425.626)
Total do Ativo	146.946.990	-	243.566	147.190.556

Balço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Passivos Financeiros	131.508.923	-	407.726	131.916.649
Depósitos	88.646.235	-	-	88.646.235
Captação no Mercado Aberto	22.336.231	-	-	22.336.231
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	-	-	7.694.618
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812
	-	1.880.714	-	1.880.714
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	246.950	2.509.184
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	5.201.889	(4.741)	-	5.197.148
	-	4.741	160.776	165.517
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.895.167	-	-	2.895.167
Obrigações Fiscais	420.391	-	-	420.391
Correntes	132.452	-	-	132.452
Diferidas	287.939	-	-	287.939
Outros Passivos	1.712.507	(359.555)	-	1.352.952
	-	643	-	643
	-	358.912	-	358.912
Total do Passivo	136.536.988	-	407.726	136.944.714
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	10.410.002	-	(164.160)	10.245.842
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	146.946.990	-	243.566	147.190.556

Balço Patrimonial – Ativo				Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.982	-	-	1.126.982
Ativos Financeiros	143.296.100	-	(6.193)	143.289.907
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	58.309.904	(23.211.158)	(60)	35.098.686
	-	4.861.110	-	4.861.110
	-	18.350.048	-	18.350.048
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil				
Financeiro	62.058.943	-	5.056	62.063.999
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	-	8.194.992
	-	87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.651.713)	-	(116.991)	(2.768.704)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil				
Financeiro)	(2.600.487)	-	(116.393)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(51.226)	-	(598)	(51.824)
Ativos Fiscais	3.726.655	-	133.635	3.860.290
Correntes	158.520	-	-	158.520
Diferidos	3.568.135	-	133.635	3.701.770
Outros Ativos	615.460	-	2.450	617.910
Investimentos	175.824	-	-	175.824
Investimentos em Participações em Coligadas e				
Controladas	175.824	-	-	175.824
Imobilizado de Uso	662.574	-	234.990	897.564
Imobilizações de Uso	1.462.657	-	468.547	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(800.083)	-	(233.557)	(1.033.640)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.893.179	-	-	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.427.113)	-	-	(1.427.113)
Total do Ativo	147.417.948	-	247.891	147.665.839

Balço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21			Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Passivos Financeiros	131.616.061	-	412.051	132.028.112
Depósitos	88.194.890	-	-	88.194.890
Captação no Mercado Aberto	22.238.994	-	-	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.936.464	-	-	6.936.464
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812
	-	1.880.714	-	1.880.714
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	251.275	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	6.615.763	(4.741)	-	6.611.022
	-	4.741	160.776	165.517
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.902.896	-	-	2.902.896
Obrigações Fiscais	554.540	-	-	554.540
Correntes	252.765	-	-	252.765
Diferidas	301.775	-	-	301.775
Outros Passivos	1.930.743	(643)	-	1.930.100
	-	643	-	643
Total do Passivo	137.004.240	-	412.051	137.416.291
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	3.706	-	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.413.708	-	(164.160)	10.249.548
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.417.948	-	247.891	147.665.839

Reconciliação do Patrimônio Líquido após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21

Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	10.410.002	10.413.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.189)	(11.189)
Títulos e Valores Mobiliários	(60)	(60)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.056	5.056
(Provisões para Perdas Esperadas)	(116.459)	(116.991)
Ativos Fiscais	133.471	133.635
Outros Ativos	2.450	2.450
Investimentos	(740)	-
Imobilizado de Uso	231.037	234.990
Obrigações por Empréstimos	(246.950)	(251.275)
Provisão para Perda Esperada	(160.776)	(160.776)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	10.245.842	10.249.548

De forma resumida, as tabelas a seguir apresentam o Balanço Patrimonial, Individual e Consolidado, com os saldos contábeis em 01/01/2025 após à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Balanço Patrimonial	Individual	Consolidado
Ativo	01/01/2025	01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	1.126.982
Ativos Financeiros	136.896.454	140.521.203
Ao Custo Amortizado	113.977.434	116.985.747
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.592.728	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	35.090.776	35.098.686
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.137.401	62.151.115
Outros Ativos Financeiros	5.206.611	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)	(2.767.012)	(2.768.704)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	(2.716.553)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	(51.824)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.348.164	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	18.348.164	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	4.570.856	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	4.246.558	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	324.298
Ativos Fiscais	3.778.009	3.860.290
Correntes	143.649	158.520
Diferidos	3.634.360	3.701.770
Outros Ativos	548.092	617.910
Investimentos	3.662.671	175.824
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	3.662.671	175.824
Imobilizado de Uso	712.285	897.564
Imobilizações de Uso	1.613.921	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(901.636)	(1.033.640)
Intangível	466.066	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	(1.427.113)
Total do Ativo	147.190.556	147.665.839

Balanco Patrimonial	Individual	Consolidado
Passivo	01/01/2025	01/01/2025
Passivos Financeiros	132.276.204	132.028.755
Ao Custo Amortizado	130.229.330	129.981.881
Depósitos	88.646.235	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	22.336.231	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	6.936.464
Dívidas Subordinadas	421.812	421.812
Obrigações por Empréstimos	2.509.184	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.556.060	6.611.022
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.880.714	1.880.714
Dívidas Subordinadas	1.880.714	1.880.714
Provisão para Perda Esperada	166.160	166.160
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	165.517	165.517
Garantias Financeiras Prestadas	643	643
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.895.167	2.902.896
Passivos Fiscais	420.391	554.540
Correntes	132.452	252.765
Diferidos	287.939	301.775
Outros Passivos	1.352.952	1.930.100
Total do Passivo	136.944.714	137.416.291
Patrimônio Líquido		
Capital Social	8.000.000	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)	(106.214)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.245.842	10.249.548
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.190.556	147.665.839

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei nº 14.467/22 e Lei nº 15.078, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025: a Lei nº 14.467/22 modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026, podendo ser feita a opção por qual razão será utilizada até 31/12/2025. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

Conforme faculta a legislação, o Banrisul irá optar pela razão utilizada para a dedução da apuração do IR e CSLL até 31 de dezembro de 2025.

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1) ou no Segmento 2 (S2).

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, o Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2026.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de *hedge*, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

O Banrisul irá reclassificar as operações de *hedge* a partir de 01 de janeiro de 2027.

Resolução BCB nº 397/24, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025 – Mensuração de Instrumentos Reestruturados: a Resolução nº 397/24 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante à reestruturação de ativos financeiros, conforme previsto no artigo 95º-A da Resolução BCB nº 352/23 (incluído pela Resolução BCB nº 397/24), é facultado até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o artigo 22º da Resolução BCB nº 352/23.

Conforme faculta o normativo, o Banrisul irá utilizar da taxa de juros efetiva originalmente contratada a partir de 01 de janeiro de 2027.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes (ORA). No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que são reclassificados para a Demonstração do Resultado.
 - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos

que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origem do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, exceto quanto a participação de uma de suas controladas que possui cotas de fundos de investimento, conforme apresentado na Nota 5g.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente, são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial ou subsequente como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras,

sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (Teste de SPPJ).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA, conforme Resolução nº 4.966/21.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas, conforme Resolução nº 4.966/21. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizado a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não irá honrar integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

Percentuais Mínimos de Provisão de Perdas Incurridas Associadas ao Risco de Crédito: a Resolução nº 352/23 define percentuais mínimos de provisão a serem constituídas para perdas incurridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos). Os percentuais são definidos de acordo com a carteira onde esse ativo inadimplido se encontra enquadrado. A Resolução nº 352/23 enquadra os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

- Carteira 1 (C1):
 - Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
 - Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
- Carteira 2 (C2):
 - Créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099/74;
 - Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
 - Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
 - Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
 - Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen; e
 - Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20;
- Carteira 3 (C3):
 - Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;
 - Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e
 - Créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses nas carteiras C1 e C2;
- Carteira 4 (C4):
 - Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
 - Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou
- Carteira 5 (C5):
 - Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas em C4 e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;
 - Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas em C4; e
 - Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteiras C1, C2, C3 e C4.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou

(ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) Stop Accrual

Stop accrual é o procedimento de cessação do reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de originação ou outras atividades financeiras de qualquer natureza sobre o ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. O Banrisul realiza esse processo de forma consistente, não reconhecendo no resultado do período receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

(c.7) Rendas Represadas e Cura

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado *pro rata temporis*. No entanto, deixa-se de reconhecer a receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A partir do momento em que o instrumento financeiro deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, o Banrisul retoma o reconhecimento das receitas relativas ao instrumento financeiro, assim, toda a renda represada passa a ser reconhecida.

(c.8) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme a Instrução Normativa BCB nº 560/24, não se enquadram como reestruturação as renegociações que impliquem concessões à contraparte em decorrência de decisões do CMN ou por força de outras medidas legais. A Resolução CMN nº 4.966/21 faculta até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação.

(c.9) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.10) Critérios para Write-Off

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada. Ainda, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a receita de qualquer natureza de um ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente poderá ser apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou, quando for objeto de renegociação, *pro rata temporis*.

(c.11) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.12) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados, diariamente, com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, consonantes condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, essas operações são tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.13) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários

e, consequentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.14) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas, abrangidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar. Os pisos não se aplicam às garantias financeiras, exceto quando a garantia é honrada, momento em que se torna um ativo.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	13,30

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme o CPC 06(R2), naquilo que não conflitar com a Resolução CMN nº 4.975/21, que passou a vigorar em 01/01/2025.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Destinados à Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul pode fazer a opção até 31/12/2025, por qual razão irá utilizar. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 31.

(i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e dos ativos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada, periodicamente, por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas ao final de cada semestre. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefício definido é estabelecido, separadamente, para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito no item c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 26.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A data de referência do índice IMA-B e outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 33.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma

mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a origem, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa, de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem

estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados, periodicamente, às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

	Individual	Consolidado
Composição da Carteira por Setor de Atividade	30/09/2025	30/09/2025
Setor Público	173.527	183.387
Administração Pública - Direta e Indireta	173.527	183.387
Setor Privado	63.880.171	63.884.753
Pessoa Física	48.591.056	48.591.093
Pessoa Jurídica	15.289.115	15.293.660
Agropecuário	275.155	275.216
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.335.350	2.335.545
Automotivo	763.816	763.969
Celulose, Madeira e Móveis	383.905	383.928
Comércio Atacadista – Alimentício	1.058.447	1.058.715
Comércio Atacadista – não Alimentício	855.111	855.276
Comércio Varejista – Outros	1.551.763	1.552.111
Construção e Imobiliário	1.283.129	1.283.635
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.619.628	1.620.451
Eletroeletrônico e Informática	487.356	487.409
Financeiro e Seguro	280.193	280.249
Máquinas e Equipamentos	306.507	306.553
Metalurgia	457.459	457.522
Obras de Infraestrutura	23.876	24.189
Petróleo e Gás Natural	536.779	536.816
Químico e Petroquímico	978.114	978.366
Serviços Privados	562.095	562.514
Têxtil, Confecções e Couro	359.593	359.600
Transportes	447.924	448.164
Outros	722.915	723.432
Total	64.053.698	64.068.140

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito, alicerçada em modelos de escoragem, oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria,

entre outros. As concentrações são observadas, periodicamente, e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

A provisão para perda esperada é reconhecida, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Individual 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	128.411.125	131.410.873
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	14.083.357	14.083.357
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.737.558	2.737.558
Títulos e Valores Mobiliários	44.399.133	44.407.863
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.053.698	64.068.140
Outros Ativos Financeiros	3.137.379	6.113.955
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	20.301.130	20.301.130
Títulos e Valores Mobiliários	20.301.130	20.301.130
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	2.326.997	2.909.567
Títulos e Valores Mobiliários	2.243.100	2.825.670
Instrumentos Financeiros Derivativos	83.897	83.897
Off Balance	21.576.971	21.576.971
Garantias Financeiras	486.556	486.556
Crédito Imobiliário	422.305	422.305
Cheque Especial	4.678.021	4.678.021
Cartão de Crédito	4.831.088	4.831.088
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	5.901.260	5.901.260
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.919.803	4.919.803
Outros Limites Pré-Aprovados	337.938	337.938
Total	172.616.223	176.198.541

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Individual Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	45.197.053	603.918	631.498	131.482	2.762.505	1.854.539	48.591.056	2.589.939
Cartão de Crédito	2.333.220	120.902	42.296	9.236	298.805	229.562	2.674.321	359.700
Crédito Consignado	18.812.730	106.087	165.790	21.560	1.046.522	685.598	20.025.042	813.245
Crédito Pessoal	2.686.508	33.992	95.503	19.682	366.246	242.527	3.148.257	296.201
Crédito Imobiliário	5.722.822	29.047	31.689	12.424	60.435	35.668	5.814.946	77.139
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.150.605	171.634	170.649	31.720	468.038	267.835	13.789.292	471.189
Outros	2.491.168	142.256	125.571	36.860	522.459	393.349	3.139.198	572.465
Pessoa Jurídica	14.303.680	247.782	128.577	31.210	1.030.385	661.093	15.462.642	940.085
Operações de Câmbio	2.298.483	9.978	-	-	81.315	9.485	2.379.798	19.463
Capital de Giro	4.437.894	31.673	19.006	4.303	201.804	119.854	4.658.704	155.830
Conta Empresarial/Garantida	2.371.556	97.643	15.622	4.867	150.319	105.995	2.537.497	208.505
Crédito Imobiliário	691.794	9.927	5.940	168	-	-	697.734	10.095
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.284.032	59.084	33.387	7.194	287.050	226.455	3.604.469	292.733
Outros	1.219.921	39.477	54.622	14.678	309.897	199.304	1.584.440	253.459
Total em 30/09/2025	59.500.733	851.700	760.075	162.692	3.792.890	2.515.632	64.053.698	3.530.024

	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	45.197.090	603.918	631.498	131.482	2.762.505	1.854.539	48.591.093	2.589.939
Cartão de Crédito	2.333.220	120.902	42.296	9.236	298.805	229.562	2.674.321	359.700
Crédito Consignado	18.812.730	106.087	165.790	21.560	1.046.522	685.598	20.025.042	813.245
Crédito Pessoal	2.686.508	33.992	95.503	19.682	366.246	242.527	3.148.257	296.201
Crédito Imobiliário	5.722.822	29.047	31.689	12.424	60.435	35.668	5.814.946	77.139
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.150.605	171.634	170.649	31.720	468.038	267.835	13.789.292	471.189
Outros	2.491.205	142.256	125.571	36.860	522.459	393.349	3.139.235	572.465
Pessoa Jurídica	14.315.180	247.828	129.444	31.212	1.032.423	661.446	15.477.047	940.486
Operações de Câmbio	2.298.483	9.978	-	-	81.315	9.485	2.379.798	19.463
Capital de Giro	4.437.894	31.673	19.006	4.303	201.804	119.854	4.658.704	155.830
Conta Empresarial/ Garantida	2.371.556	97.643	15.622	4.867	150.319	105.995	2.537.497	208.505
Crédito Imobiliário	691.794	9.927	5.940	168	-	-	697.734	10.095
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.284.032	59.084	33.387	7.194	287.050	226.455	3.604.469	292.733
Outros	1.231.421	39.523	55.489	14.680	311.935	199.657	1.598.845	253.860
Total em 30/09/2025	59.512.270	851.746	760.942	162.694	3.794.928	2.515.985	64.068.140	3.530.425

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Não vencidos	58.118.291	58.129.503
Vencidos em até 30 dias	1.382.442	1.382.767
Total	59.500.733	59.512.270

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Avaliação Coletiva	59.440.613	59.452.150
Avaliação Individual	60.120	60.120
Total	59.500.733	59.512.270

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Não Vencidos	206.873	207.727
Vencidos em até 30 dias	7.616	7.616
Vencidos de 31 a 60 dias	303.966	303.979
Vencidos de 61 a 90 dias	241.620	241.620
Total	760.075	760.942

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Avaliação Coletiva	760.013	760.880
Avaliação Individual	62	62
Total	760.075	760.942

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Não Vencidos	1.035.379	1.036.146
Vencidos em até 30 dias	242.004	242.464
Vencidos de 31 a 60 dias	107.636	108.069
Vencidos de 61 a 90 dias	132.912	132.936
Vencidos a mais de 90 dias	2.274.959	2.275.313
Total	3.792.890	3.794.928

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Avaliação Coletiva	3.368.731	3.370.769
Avaliação Individual	424.159	424.159
Total	3.792.890	3.794.928

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significativos no valor de R\$484.341 no Individual e no Consolidado, excluindo operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

	30/09/2025
Maior Devedor	21,97%
Cinco Maiores Devedores	53,24%
Dez Maiores Devedores	77,52%
Vinte Maiores Devedores	98,33%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

A tabela a seguir apresenta o total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final do período de reporte, juntamente dos instrumentos baixados a prejuízo (*write-off*). Conforme faculta o artigo 71º-A da Resolução CMN nº 4.966/21, até dezembro de 2026 o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação para apurar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

	Individual e Consolidado
	01/01 a 30/09/2025
Operações Renegociadas	1.223.669
Operações Renegociadas Ativas	981.992
Operações Recuperadas da Baixada a Prejuízo	241.677
Write-Off	212.680

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados à venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$75.744 no Individual e no Consolidado.

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado e, ao Comitê de Gestão de Risco, relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e *Maturity Ladder*: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos

métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco			Total em 30/09/2025
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	Ações	
1	1%	2.454	3.075	-	5.529
2	25%	1.952	76.870	-	78.822
3	50%	1.372	153.740	-	155.112

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e
- Ações: exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,3186 de 30/09/2025 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda, que representa 44,4% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moedas Estrangeiras” representando respectivamente 97,5% e 99,1%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$155.112.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/09/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/09/2025.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Trading</i>	Alta do dólar	16.103	402.584	805.168
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Alta do dólar	16.109	402.719	805.437
Efeito Líquido			(6)	(135)	(269)
Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Trading</i>	Baixa do dólar	(16.103)	(402.584)	(805.168)
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Baixa do dólar	(16.109)	(402.719)	(805.437)
Efeito Líquido			6	135	269

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	<i>Trading</i>	Alta da Taxa Futura de DI	(327)	(7.912)	(15.513)
FUT DI1	<i>Trading</i>	Baixa da Taxa Futura de DI	319	8.232	16.823

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	431
Total		431

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	(56)
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	24
Cupom de Taxas	TR	(93)
DI	CDI	(2.583)
Selic	Selic	3.217
Total		509

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R\$389.898. O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$88.898.

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R\$1.109.184.

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante		Não Circulante		Individual
	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 5	Acima de	Total em
	Meses	Meses	Anos	5 Anos	
Ativos Financeiros	24.707.357	28.524.160	79.929.343	17.384.061	150.544.921
Ao Custo Amortizado	24.645.353	26.197.163	59.690.217	17.384.061	127.916.794
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	13.589.026	-	-	-	13.589.026
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	978.037	1.394.745	364.776	-	2.737.558
Títulos e Valores Mobiliários	1.242.373	7.859.857	27.950.536	7.346.367	44.399.133
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil					
Financeiro	8.835.917	16.368.197	28.811.890	10.037.694	64.053.698
Outros Ativos Financeiros	-	574.364	2.563.015	-	3.137.379
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	62.004	-	20.239.126	-	20.301.130
Títulos e Valores Mobiliários	62.004	-	20.239.126	-	20.301.130
Ao Valor Justo por meio do Resultado	-	2.326.997	-	-	2.326.997
Títulos e Valores Mobiliários	-	2.243.100	-	-	2.243.100
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	83.897	-	-	83.897
Passivos Financeiros	53.834.540	17.994.311	51.311.852	15.924.592	139.065.295
Ao Custo Amortizado	53.834.540	16.386.200	51.311.852	15.924.592	137.457.184
Depósitos	27.088.985	7.925.227	44.868.473	13.854.130	93.736.815
Captações no Mercado Aberto	23.188.305	-	-	-	23.188.305
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.919.888	2.464.003	3.995.195	-	9.379.086
Dívidas Subordinadas	-	-	-	1.496.808	1.496.808
Obrigações por Empréstimos	443.714	1.679.534	244.398	8.165	2.375.811
Obrigações por Repasses	193.648	814.147	2.201.345	565.489	3.774.629
Outros Passivos Financeiros	-	3.503.289	2.441	-	3.505.730
Ao Valor Justo por meio do Resultado	-	1.608.111	-	-	1.608.111
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	445	-	-	445
Dívidas Subordinadas	-	1.607.666	-	-	1.607.666
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(29.127.183)	10.529.849	28.617.491	1.459.469	11.479.626

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		Total em 30/09/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	
Ativos Financeiros	24.953.670	31.823.576	79.945.083	17.404.910	154.127.239
Ao Custo Amortizado	24.658.186	29.168.338	59.705.957	17.384.061	130.916.542
Depósitos Compulsórios no Banco Central	13.589.026	-	-	-	13.589.026
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	978.037	1.394.745	364.776	-	2.737.558
Títulos e Valores Mobiliários	1.242.373	7.859.857	27.959.266	7.346.367	44.407.863
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	8.848.750	16.368.196	28.813.500	10.037.694	64.068.140
Outros Ativos Financeiros	-	3.545.540	2.568.415	-	6.113.955
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	62.004	-	20.239.126	-	20.301.130
Títulos e Valores Mobiliários	62.004	-	20.239.126	-	20.301.130
Ao Valor Justo por meio do Resultado	233.480	2.655.238	-	20.849	2.909.567
Títulos e Valores Mobiliários	233.480	2.571.341	-	20.849	2.825.670
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	83.897	-	-	83.897
Passivos Financeiros	53.540.572	18.261.991	51.039.238	15.924.592	138.766.393
Ao Custo Amortizado	53.540.572	16.653.880	51.039.238	15.924.592	137.158.282
Depósitos	27.325.015	6.778.459	44.868.473	13.854.130	92.826.077
Captações no Mercado Aberto	23.055.660	-	-	-	23.055.660
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.522.169	2.262.834	3.720.304	-	8.505.307
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	1.496.808	1.496.808
Obrigações por Empréstimos	444.080	1.680.582	246.675	8.165	2.379.502
Obrigações por Repasses	193.648	814.147	2.201.345	565.489	3.774.629
Outros Passivos Financeiros	-	5.117.858	2.441	-	5.120.299
Ao Valor Justo por meio do Resultado	-	1.608.111	-	-	1.608.111
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	445	-	-	445
Dívidas Subordinadas	-	1.607.666	-	-	1.607.666
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(28.586.902)	13.561.585	28.905.845	1.480.318	15.360.846

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

					Individual
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/09/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	56.826.066	18.391.538	52.438.590	16.211.415	143.867.609
Ao Custo Amortizado	56.826.066	16.753.077	52.438.590	16.211.415	142.229.148
Depósitos	29.954.736	8.130.791	45.543.411	14.062.532	97.691.470
Captações no Mercado Aberto	23.203.609	-	-	-	23.203.609
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.008.403	2.538.698	4.116.307	-	9.663.408
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	1.496.808	1.496.808
Obrigações por Empréstimos	442.890	1.683.632	301.245	15.735	2.443.502
Obrigações por Repasses	216.428	896.501	2.474.723	636.340	4.223.992
Outros Passivos Financeiros	-	3.503.455	2.904	-	3.506.359
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.638.461	-	-	1.638.461
Dívidas Subordinadas	-	1.638.461	-	-	1.638.461
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	24.753.893	29.694.445	97.178.607	33.864.037	185.490.982
Disponibilidades	1.203.096	-	-	-	1.203.096
Ativos Financeiros	23.550.797	29.694.445	97.178.607	33.864.037	184.287.886
Ao Custo Amortizado	23.488.793	27.451.345	76.939.481	33.864.037	161.743.656
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	62.004	-	20.239.126	-	20.301.130
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	2.243.100	-	-	2.243.100

					Consolidado
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/09/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	56.526.849	18.644.124	52.180.807	16.214.858	143.566.638
Ao Custo Amortizado	56.526.849	17.005.663	52.180.807	16.214.858	141.928.177
Depósitos	30.189.786	6.967.913	45.554.561	14.065.975	96.778.235
Captações no Mercado Aberto	23.070.891	-	-	-	23.070.891
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.606.482	2.338.478	3.844.669	-	8.789.629
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	1.496.808	1.496.808
Obrigações por Empréstimos	443.262	1.684.747	303.950	15.735	2.447.694
Obrigações por Repasses	216.428	896.501	2.474.723	636.340	4.223.992
Outros Passivos Financeiros		5.118.024	2.904	-	5.120.928
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.638.461	-	-	1.638.461
Dívidas Subordinadas	-	1.638.461	-	-	1.638.461
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	24.987.376	32.993.862	97.192.737	33.884.886	189.058.861
Disponibilidades	1.203.099	-	-	-	1.203.099
Ativos Financeiros	23.784.277	32.993.862	97.192.737	33.884.886	187.855.762
Ao Custo Amortizado	23.488.793	30.422.521	76.953.611	33.864.037	164.728.962
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	62.004	-	20.239.126	-	20.301.130
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	233.480	2.571.341	-	20.849	2.825.670

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R\$9.895.835, conforme descrito na Nota 34a. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Individual		Total em 30/09/2025
	Nível 1	Nível 2	
Ativos Financeiros	22.487.144	140.983	22.628.127
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	20.239.126	62.004	20.301.130
Títulos e Valores Mobiliários	20.239.126	62.004	20.301.130
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	20.239.126	-	20.239.126
Cotas de Fundo de Investimento	-	40.035	40.035
Outros	-	21.969	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.248.018	78.979	2.326.997
Títulos e Valores Mobiliários	2.243.100	-	2.243.100
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.278.040	-	1.278.040
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	965.060	-	965.060
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.918	78.979	83.897
Passivo Financeiros	445	1.607.666	1.608.111
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	445	1.607.666	1.608.111
Instrumentos Financeiros Derivativos	445	-	445
Dívidas Subordinadas	-	1.607.666	1.607.666

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total em 30/09/2025
Ativos Financeiros	23.068.321	140.983	1.393	23.210.697
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	20.239.126	62.004	-	20.301.130
Títulos e Valores Mobiliários	20.239.126	62.004	-	20.301.130
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	20.239.126	-	-	20.239.126
Cotas de Fundo de Investimento	-	40.035	-	40.035
Outros	-	21.969	-	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.829.195	78.979	1.393	2.909.567
Títulos e Valores Mobiliários	2.824.277	-	1.393	2.825.670
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.627.130	-	-	1.627.130
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	965.060	-	-	965.060
Cotas de Fundo de Investimento	232.087	-	1.393	233.480
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.918	78.979	-	83.897
Passivo Financeiros	445	1.607.666	-	1.608.111
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	445	1.607.666	-	1.608.111
Instrumentos Financeiros Derivativos	445	-	-	445
Dívidas Subordinadas	-	1.607.666	-	1.607.666

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Individual	
	30/09/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	128.411.125	129.176.796
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	14.083.357	14.083.357
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.737.558	2.771.786
Títulos e Valores Mobiliários	44.399.133	43.399.182
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.053.698	65.785.092
Outros Ativos Financeiros	3.137.379	3.137.379
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	140.215.763	140.222.618
Depósitos	96.495.394	96.445.963
Captações no Mercado Aberto	23.188.305	23.188.305
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	9.379.086	9.371.881
Letras Financeiras Subordinadas	1.496.808	1.560.299
Obrigações por Empréstimos	2.375.811	2.375.811
Obrigações por Repasses	3.774.629	3.774.629
Outros Passivos Financeiros	3.505.730	3.505.730

	Consolidado	
	30/09/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	131.410.873	132.176.541
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	14.083.357	14.083.357
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.737.558	2.771.786
Títulos e Valores Mobiliários	44.407.863	43.407.908
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.068.140	65.799.535
Outros Ativos Financeiros	6.113.955	6.113.955
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	139.914.364	139.921.219
Depósitos	95.582.159	95.532.729
Captações no Mercado Aberto	23.055.660	23.055.659
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	8.505.307	8.498.102
Letras Financeiras Subordinadas	1.496.808	1.560.299
Obrigações por Empréstimos	2.379.502	2.379.502
Obrigações por Repasses	3.774.629	3.774.629
Outros Passivos Financeiros	5.120.299	5.120.299

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.

- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banco e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 7,06%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	30/09/2025
Patrimônio de Referência (PR)	13.052.435
Nível 1	9.947.961
Capital Principal (CP)	9.947.961
Capital Social	8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	2.495.205
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(7.581.422)
Contas de Resultado Credoras	7.661.713
Ajustes Prudenciais	(1.048.394)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	119.000
Nível 2	3.104.474
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	3.104.474
RWA	72.935.124
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	60.465.204
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.100.863
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	1.126.449
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	5.384
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	1.109.184
RWA _{CVB} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	11.881
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	10.242.608
Carteira Banking (IRRBB)	509.946
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	4.884.300
Índices de Capital	
Índice de Basileia	17,90%
Índice de Nível 1	13,64%
Índice de Capital Principal	13,64%
Índice de Imobilização	11,07%
Razão de Alavancagem	7,06%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$13.052.435.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity – ΔEVE*) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income – ΔNII*).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$509.946.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 17,90% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram de 13,64% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Disponibilidades	1.203.096	1.203.099
Disponibilidades em Moeda Nacional	891.769	891.772
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	311.327	311.327
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	799.999	799.999
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	799.999
Títulos e Valores Mobiliários	-	103.218
Cotas de Fundos de Investimento	-	103.218
Total	2.003.095	2.106.316

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	Individual e Consolidado
		30/09/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	494.331
Depósitos de Poupança	Poupança	1.763.380
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	11.377.948
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	443.784
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	3.914
Total		14.083.357

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Individual e Consolidado			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2025
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	-	-	799.999
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	799.999	-	-	799.999
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	799.999	-	-	799.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	178.024	1.394.641	364.748	1.937.413
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	178.024	1.394.641	364.748	1.937.413
Total	978.023	1.394.641	364.748	2.737.412

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									Individual
									30/09/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	-	7.708.534	13.529.567	13.961.976	7.130.646	42.330.723	-	42.330.723	41.472.828
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	7.708.534	13.499.710	13.961.976	7.130.646	42.300.866	-	42.300.866	41.445.407
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	29.857	-	-	29.857	-	29.857	27.421
Letras Financeiras (LF)	1.242.373	141.431	146.876	109.201	-	1.639.881	(355)	1.639.526	1.494.266
Debêntures	-	9.892	21.023	181.893	214.444	427.252	(5)	427.247	430.921
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.277	1.277	-	1.277	1.167
Total	1.242.373	7.859.857	13.697.466	14.253.070	7.346.367	44.399.133	(360)	44.398.773	43.399.182

									Consolidado
									30/09/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	-	7.708.534	13.538.297	13.961.976	7.130.646	42.339.453	-	42.339.453	41.481.554
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	7.708.534	13.508.440	13.961.976	7.130.646	42.309.596	-	42.309.596	41.454.133
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	29.857	-	-	29.857	-	29.857	27.421
Letras Financeiras (LF)	1.242.373	141.431	146.876	109.201	-	1.639.881	(355)	1.639.526	1.494.266
Debêntures	-	9.892	21.023	181.893	214.444	427.252	(5)	427.247	430.921
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.277	1.277	-	1.277	1.167
Total	1.242.373	7.859.857	13.706.196	14.253.070	7.346.367	44.407.863	(360)	44.407.503	43.407.908

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Individual			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/09/2025
Pessoa Física	45.197.053	631.498	2.762.505	48.591.056
Cartão de Crédito	2.333.220	42.296	298.805	2.674.321
Crédito Consignado	18.812.730	165.790	1.046.522	20.025.042
Crédito Pessoal	2.686.508	95.503	366.246	3.148.257
Crédito Imobiliário	5.722.822	31.689	60.435	5.814.946
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.150.605	170.649	468.038	13.789.292
Outros	2.491.168	125.571	522.459	3.139.198
Pessoa Jurídica	14.303.680	128.577	1.030.385	15.462.642
Operações de Câmbio	2.298.483	-	81.315	2.379.798
Capital de Giro	4.437.894	19.006	201.804	4.658.704
Conta Empresarial/Garantida	2.371.556	15.622	150.319	2.537.497
Crédito Imobiliário	691.794	5.940	-	697.734
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.284.032	33.387	287.050	3.604.469
Outros	1.219.921	54.622	309.897	1.584.440
Total	59.500.733	760.075	3.792.890	64.053.698
(Provisão)	(851.700)	(162.692)	(2.515.632)	(3.530.024)
Total Líquido da Provisão 30/09/2025	58.649.033	597.383	1.277.258	60.523.674

	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/09/2025
Pessoa Física	45.197.090	631.498	2.762.505	48.591.093
Cartão de Crédito	2.333.220	42.296	298.805	2.674.321
Crédito Consignado	18.812.730	165.790	1.046.522	20.025.042
Crédito Pessoal	2.686.508	95.503	366.246	3.148.257
Crédito Imobiliário	5.722.822	31.689	60.435	5.814.946
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.150.605	170.649	468.038	13.789.292
Outros	2.491.205	125.571	522.459	3.139.235
Pessoa Jurídica	14.315.180	129.444	1.032.423	15.477.047
Operações de Câmbio	2.298.483	-	81.315	2.379.798
Capital de Giro	4.437.894	19.006	201.804	4.658.704
Conta Empresarial/Garantida	2.371.556	15.622	150.319	2.537.497
Crédito Imobiliário	691.794	5.940	-	697.734
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.284.032	33.387	287.050	3.604.469
Outros	1.231.421	55.489	311.935	1.598.845
Total	59.512.270	760.942	3.794.928	64.068.140
(Provisão)	(851.746)	(162.694)	(2.515.985)	(3.530.425)
Total Líquido da Provisão 30/09/2025	58.660.524	598.248	1.278.943	60.537.715

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

	Individual	Consolidado
Prazo por Vencimento	30/09/2025	30/09/2025
Vencidas a partir de 1 dia	1.646.102	1.647.712
A vencer até 3 meses	8.835.917	8.848.750
A vencer de 3 a 12 meses	16.368.197	16.368.196
A vencer acima de 1 ano	37.203.482	37.203.482
Total	64.053.698	64.068.140

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	Individual e Consolidado	
	30/09/2025	
Concentração dos Maiores Tomadores	Total	% da Carteira
Maior Devedor	258.102	0,40
10 Maiores Devedores	1.855.170	2,90
20 Maiores Devedores	2.969.045	4,63
50 Maiores Devedores	4.874.039	7,61
100 Maiores Devedores	6.674.746	10,42

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1								Individual
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	708.288	(11.593)	(36.875)	19.627	95.978	-	(171.507)	603.918
Cartão de Crédito	108.240	(592)	(7.104)	-	2.226	-	18.132	120.902
Crédito Consignado	104.150	(722)	(3.749)	778	7.259	-	(1.629)	106.087
Crédito Pessoal	25.078	(472)	(3.087)	258	3.862	-	8.353	33.992
Crédito Imobiliário	23.940	(314)	(586)	12.230	19.352	-	(25.575)	29.047
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(7.802)	(8.446)	4.911	9.062	-	(154.529)	171.634
Outros	118.442	(1.691)	(13.903)	1.450	54.217	-	(16.259)	142.256
Pessoa Jurídica	274.240	(3.276)	(24.385)	3.086	102.593	-	(104.476)	247.782
Operações de Câmbio	8.747	-	(202)	-	-	-	1.433	9.978
Capital de Giro	24.914	(199)	(2.109)	29	32.930	-	(23.892)	31.673
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(910)	(10.096)	67	980	-	(22.810)	97.643
Crédito Imobiliário	8.316	(138)	-	-	-	-	1.749	9.927
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.528)	(9.375)	2.572	9.360	-	(11.505)	59.084
Outros	32.291	(501)	(2.603)	418	59.323	-	(49.451)	39.477
Total	982.528	(14.869)	(61.260)	22.713	198.571	-	(275.983)	851.700

Estágio 2								Individual
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	75.036	(19.627)	(32.614)	11.593	2.680	-	94.414	131.482
Cartão de Crédito	2	-	(1)	592	580	-	8.063	9.236
Crédito Consignado	4.952	(778)	(2.347)	722	202	-	18.809	21.560
Crédito Pessoal	6.531	(258)	(3.463)	472	112	-	16.288	19.682
Crédito Imobiliário	19.132	(12.230)	(2.815)	314	961	-	7.062	12.424
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.911)	(15.052)	7.802	40	-	14.938	31.720
Outros	15.516	(1.450)	(8.936)	1.691	785	-	29.254	36.860
Pessoa Jurídica	15.914	(3.086)	(6.673)	3.276	460	-	21.319	31.210
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro	2.635	(29)	(1.358)	199	16	-	2.840	4.303
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(749)	910	37	-	3.406	4.867
Crédito Imobiliário	-	-	-	138	-	-	30	168
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(2.572)	(3.166)	1.528	275	-	3.591	7.194
Outros	4.411	(418)	(1.400)	501	132	-	11.452	14.678
Total	90.950	(22.713)	(39.287)	14.869	3.140	-	115.733	162.692

Estágio 3							Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	1.055.927	(95.978)	(2.680)	36.875	32.614	(201.459)	1.029.240	1.854.539
Cartão de Crédito	104.887	(2.226)	(580)	7.104	1	(18.839)	139.215	229.562
Crédito Consignado	423.964	(7.259)	(202)	3.749	2.347	(118.956)	381.955	685.598
Crédito Pessoal	147.414	(3.862)	(112)	3.087	3.463	(28.133)	120.670	242.527
Crédito Imobiliário	36.583	(19.352)	(961)	586	2.815	(1.656)	17.653	35.668
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(9.062)	(40)	8.446	15.052	(7.990)	129.367	267.835
Outros	211.017	(54.217)	(785)	13.903	8.936	(25.885)	240.380	393.349
Pessoa Jurídica	587.148	(102.593)	(460)	24.385	6.673	(11.221)	157.161	661.093
Operações de Câmbio	5.356	-	-	202	-	-	3.927	9.485
Capital de Giro	114.252	(32.930)	(16)	2.109	1.358	(61)	35.142	119.854
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(980)	(37)	10.096	749	(487)	47.061	105.995
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(170)	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(9.360)	(275)	9.375	3.166	(9.911)	(5.024)	226.455
Outros	179.293	(59.323)	(132)	2.603	1.400	(762)	76.225	199.304
Total	1.643.075	(198.571)	(3.140)	61.260	39.287	(212.680)	1.186.401	2.515.632

Consolidado dos Três Estágios				Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/09/2025	
Pessoa Física	1.839.251	(201.459)	952.147	2.589.939	
Cartão de Crédito	213.129	(18.839)	165.410	359.700	
Crédito Consignado	533.066	(118.956)	399.135	813.245	
Crédito Pessoal	179.023	(28.133)	145.311	296.201	
Crédito Imobiliário	79.655	(1.656)	(860)	77.139	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(7.990)	(10.224)	471.189	
Outros	344.975	(25.885)	253.375	572.465	
Pessoa Jurídica	877.302	(11.221)	74.004	940.085	
Operações de Câmbio	14.103	-	5.360	19.463	
Capital de Giro	141.801	(61)	14.090	155.830	
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(487)	27.657	208.505	
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.609	10.095	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(9.911)	(12.938)	292.733	
Outros	215.995	(762)	38.226	253.459	
Total	2.716.553	(212.680)	1.026.151	3.530.024	

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$784.466 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$241.677.

Estágio 1								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	708.288	(11.593)	(36.875)	19.627	95.978	-	(171.507)	603.918
Cartão de Crédito	108.240	(592)	(7.104)	-	2.226	-	18.132	120.902
Crédito Consignado	104.150	(722)	(3.749)	778	7.259	-	(1.629)	106.087
Crédito Pessoal	25.078	(472)	(3.087)	258	3.862	-	8.353	33.992
Crédito Imobiliário	23.940	(314)	(586)	12.230	19.352	-	(25.575)	29.047
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(7.802)	(8.446)	4.911	9.062	-	(154.529)	171.634
Outros	118.442	(1.691)	(13.903)	1.450	54.217	-	(16.259)	142.256
Pessoa Jurídica	274.280	(3.279)	(24.385)	3.087	102.595	-	(104.470)	247.828
Operações de Câmbio	8.747	-	(202)	-	-	-	1.433	9.978
Capital de Giro	24.914	(199)	(2.109)	29	32.930	-	(23.892)	31.673
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(910)	(10.096)	67	980	-	(22.810)	97.643
Crédito Imobiliário	8.316	(138)	-	-	-	-	1.749	9.927
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(1.528)	(9.375)	2.572	9.360	-	(11.505)	59.084
Outros	32.331	(504)	(2.603)	419	59.325	-	(49.445)	39.523
Total	982.568	(14.872)	(61.260)	22.714	198.573	-	(275.977)	851.746

Estágio 2								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	75.036	(19.627)	(32.614)	11.593	2.680	-	94.414	131.482
Cartão de Crédito	2	-	(1)	592	580	-	8.063	9.236
Crédito Consignado	4.952	(778)	(2.347)	722	202	-	18.809	21.560
Crédito Pessoal	6.531	(258)	(3.463)	472	112	-	16.288	19.682
Crédito Imobiliário	19.132	(12.230)	(2.815)	314	961	-	7.062	12.424
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.911)	(15.052)	7.802	40	-	14.938	31.720
Outros	15.516	(1.450)	(8.936)	1.691	785	-	29.254	36.860
Pessoa Jurídica	15.917	(3.087)	(6.678)	3.279	460	-	21.321	31.212
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro	2.635	(29)	(1.358)	199	16	-	2.840	4.303
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(749)	910	37	-	3.406	4.867
Crédito Imobiliário	-	-	-	138	-	-	30	168
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(2.572)	(3.166)	1.528	275	-	3.591	7.194
Outros	4.414	(419)	(1.405)	504	132	-	11.454	14.680
Total	90.953	(22.714)	(39.292)	14.872	3.140	-	115.735	162.694

Estágio 3								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	1.055.927	(95.978)	(2.680)	36.875	32.614	(201.459)	1.029.240	1.854.539
Cartão de Crédito	104.887	(2.226)	(580)	7.104	1	(18.839)	139.215	229.562
Crédito Consignado	423.964	(7.259)	(202)	3.749	2.347	(118.956)	381.955	685.598
Crédito Pessoal	147.414	(3.862)	(112)	3.087	3.463	(28.133)	120.670	242.527
Crédito Imobiliário	36.583	(19.352)	(961)	586	2.815	(1.656)	17.653	35.668
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(9.062)	(40)	8.446	15.052	(7.990)	129.367	267.835
Outros	211.017	(54.217)	(785)	13.903	8.936	(25.885)	240.380	393.349
Pessoa Jurídica	587.432	(102.595)	(460)	24.385	6.678	(11.221)	157.227	661.446
Operações de Câmbio	5.356	-	-	202	-	-	3.927	9.485
Capital de Giro	114.252	(32.930)	(16)	2.109	1.358	(61)	35.142	119.854
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(980)	(37)	10.096	749	(487)	47.061	105.995
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(170)	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(9.360)	(275)	9.375	3.166	(9.911)	(5.024)	226.455
Outros	179.577	(59.325)	(132)	2.603	1.405	(762)	76.291	199.657
Total	1.643.359	(198.573)	(3.140)	61.260	39.292	(212.680)	1.186.467	2.515.985

Consolidado dos Três Estágios					Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾		Saldo Final 30/09/2025
Pessoa Física	1.839.251	(201.459)	952.147		2.589.939
Cartão de Crédito	213.129	(18.839)	165.410		359.700
Crédito Consignado	533.066	(118.956)	399.135		813.245
Crédito Pessoal	179.023	(28.133)	145.311		296.201
Crédito Imobiliário	79.655	(1.656)	(860)		77.139
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(7.990)	(10.224)		471.189
Outros	344.975	(25.885)	253.375		572.465
Pessoa Jurídica	877.629	(11.221)	74.078		940.486
Operações de Câmbio	14.103	-	5.360		19.463
Capital de Giro	141.801	(61)	14.090		155.830
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(487)	27.657		208.505
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.609		10.095
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(9.911)	(12.938)		292.733
Outros	216.322	(762)	38.300		253.860
Total	2.716.880	(212.680)	1.026.225		3.530.425

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$784.539 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$241.677.

Do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para o estágio 3, o montante de R\$266.558 refere-se ao complemento de provisão para atender aos requisitos de provisão mínima incorrida estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Individual e Consolidado
			Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	2.425	(1.293)	2.245
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	5.056	(2.625)	3.558
Total em 30/09/2025	7.481	(3.918)	5.803

(f) Direcionamento de Recursos para Aplicação no Crédito Rural

Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Individual e Consolidado	
			Total da Exigibilidade	Total da Exigibilidade (%)
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	334.171	35%
	Pronamp	Depósito à Vista	477.387	50%
	Demais	Depósito à Vista	143.216	15%
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	465.637	70%
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.805.078	60%

No que se refere eventuais custos por descumprimento das exigibilidades relacionadas aos recursos para aplicação no crédito rural, o Banrisul atualmente não incorre nos referidos custos, visto o cumprimento integral das exigibilidades.

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Individual	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses
Relações Interfinanceiras	104.909	1.049.740
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.049.740
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	97.741	-
Outros	7.168	-
Rendas a Receber	161.288	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.239.110
Pagamentos a Ressarcir	49.792	-
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	240.423	274.165
Outros	17.952	-
Total	574.364	2.563.015

	Consolidado		
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2025
Relações Interfinanceiras	3.117.833	1.049.740	4.167.573
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.049.740	1.049.740
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	3.110.665	-	3.110.665
Outros	7.168	-	7.168
Relações Interdependências	-	-	-
Rendas a Receber	133.394	-	133.394
Negociação e Intermediação de Valores	2.837	-	2.837
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.244.510	1.244.510
Pagamentos a Ressarcir	23.149	-	23.149
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	250.371	274.165	524.536
Outros	17.956	-	17.956
Total	3.545.540	2.568.415	6.113.955

(1) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$35.016 refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$1.012.254 refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$2.470 refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$1.047.271. O seu valor de face é de R\$1.049.246. Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$3.012.924 provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$251.803 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$54.572 relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$50.720; e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$127.379.

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

						Individual e Consolidado
						30/09/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	348.498	19.890.628	-	20.239.126	20.173.754
Cotas de Fundos de Investimento	40.035	-	-	-	40.035	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	62.004	348.498	19.890.628	-	20.301.130	20.224.432

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

							Individual
							30/09/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.278.040	-	-	1.278.040	1.277.833
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	965.060	-	-	965.060	971.576
Total	-	-	2.243.100	-	-	2.243.100	2.249.409

							Consolidado
							30/09/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.606.281	-	20.849	1.627.130	1.610.046
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	965.060	-	-	965.060	971.576
Cotas de Fundo de Investimento	233.480	-	-	-	-	233.480	233.480
Total	233.480	-	2.571.341	-	20.849	2.825.670	2.815.102

Nota 14 – Outros Ativos

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Adiantamentos a Empregados	48.542	48.841
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 33e)	184.968	185.452
Devedores Diversos	196.899	220.146
Bens Destinados à Venda	123.577	124.145
Despesas Antecipadas	120.243	178.150
Outros	7.166	10.871
Total	681.395	767.605

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	01/01/2025	Constituição	Realização	Individual 30/09/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.167	612.499	(553.452)	1.849.214
Provisão para Riscos Fiscais	247.844	13.598	(1.879)	259.563
Provisão para Riscos Trabalhistas	788.737	159.730	(101.174)	847.293
Provisão para Riscos Cíveis	128.515	17.022	(20.586)	124.951
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	-	(5.242)	-
Benefício Pós-Emprego	170.047	40.837	-	210.884
Outras Provisões Temporárias	234.185	131.835	(146.243)	219.777
Prejuízo Fiscal	136.178	-	(871)	135.307
Total dos Créditos Tributários	3.500.915	975.521	(829.447)	3.646.989
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.500.889	975.521	(829.447)	3.646.963
Obrigações Fiscais Diferidas	(287.939)	(46.930)	29.530	(305.339)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.212.950	928.591	(799.917)	3.341.624

	01/01/2025	Constituição	Realização	Consolidado 30/09/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.799	614.837	(554.936)	1.850.700
Provisão para Riscos Fiscais	247.937	13.603	(1.880)	259.660
Provisão para Riscos Trabalhistas	789.800	159.851	(101.508)	848.143
Provisão para Riscos Cíveis	130.100	17.276	(20.814)	126.562
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	-	(5.242)	-
Benefício Pós-Emprego	170.697	41.062	(39)	211.720
Outras Provisões Temporárias	296.802	219.167	(215.410)	300.559
Prejuízo Fiscal	136.784	-	(1.478)	135.306
Total dos Créditos Tributários	3.568.161	1.065.796	(901.307)	3.732.650
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.568.135	1.065.796	(901.307)	3.732.624
Obrigações Fiscais Diferidas	(301.775)	(84.620)	66.767	(319.628)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.266.360	981.176	(834.540)	3.412.996

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total	Individual Total Registrados	Consolidado Total Registrado
2025	86.792	69.434	156.226	156.226	170.506
2026	455.513	364.410	819.923	819.923	838.965
2027	365.654	292.523	658.177	658.177	674.094
2028	291.698	233.358	525.056	525.056	537.970
2029	331.430	265.144	596.574	596.574	605.610
2030 a 2032	310.828	248.662	559.490	559.490	573.944
2033 a 2035	184.176	147.341	331.517	331.517	331.535
A partir de 2036	14	12	26	-	-
Total em 30/09/2025	2.026.105	1.620.884	3.646.989	3.646.963	3.732.624

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.637.945 e no Consolidado R\$2.704.710, calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Superveniência de Depreciação	3.664	3.664
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	34.515	34.518
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	-	406
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	1.374	1.374
Operações de Crédito Renegociadas (Lei nº 12.715/12)	166.134	166.134
Superávit Atuarial	99.652	99.817
Outros Débitos Temporários	-	13.715
Total	305.339	319.628

Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas controladas e coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Participações em Controladas	3.962.486	-
Participações em Coligadas	140.294	140.294
Total	4.102.780	140.294

	Individual				
	Patrimônio Líquido	Participação do Capital Social (%)	Valor do Invest.	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	01/01/ a 30/09/2025	01/01/ a 30/09/2025
Empresas Controladas					
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	86.570	100,00	86.569	8.825	8.805
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	160.273	98,98	158.664	25.100	24.845
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	544.640	99,68	542.913	69.977	69.755
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.836.094	100,00	2.836.095	297.907	297.907
Banrisul Seguridade Participações S.A.	338.245	100,00	338.245	135.519	135.519
Total	3.965.822		3.962.486	537.328	536.831
Empresas Coligadas					
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	63.147	49,90	31.510	12.931	6.452
Banrisul Icatu Participações S.A.	217.610	49,99	108.784	125.717	62.846
Total	280.757		140.294	138.648	69.298

	Consolidado				
	Patrimônio Líquido	Participação do Capital Social (%)	Valor do Invest.	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	01/01/ a 30/09/2025	01/01/ a 30/09/2025
Empresas Coligadas					
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	63.147	49,90	31.510	12.931	6.452
Banrisul Icatu Participações S.A.	217.610	49,99	108.784	125.717	62.846
Total	280.757		140.294	138.648	69.298

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): holding que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Individual						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 01/01/2025							
Custo	182.050	5.111	315.583	177.021	448.214	24.041	1.152.020
Depreciação Acumulada	(98.255)	-	(156.793)	(95.743)	(299.457)	(20.524)	(670.772)
Valor Contábil Líquido	83.795	5.111	158.790	81.278	148.757	3.517	481.248
Aquisições – Adoção Inicial CPC 06(R2)	449.235	-	-	-	8.657	4.007	461.899
Aquisições	49.218	1.310	30.206	7.923	30.461	536	119.654
Alienações – Baixas Custo	(79.726)	-	(8.570)	(1.844)	(9.576)	(9)	(99.725)
Alienações – Baixas da Depreciação	69.465	-	5.837	1.651	8.343	9	85.305
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(224.688)	-	-	-	(5.706)	(468)	(230.862)
Depreciação	(59.879)	-	(8.715)	(5.757)	(29.864)	(1.112)	(105.327)
Transferências Líquido Custo	(1)	(2.464)	-	2.380	87	(2)	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(306)	275	31	-
Movimentação Líquida no Período	203.624	(1.154)	18.758	4.047	2.677	2.992	230.944
Total em 30/09/2025							
Custo	600.776	3.957	337.219	185.480	477.843	28.573	1.633.848
Depreciação Acumulada	(313.357)	-	(159.671)	(100.155)	(326.409)	(22.064)	(921.656)
Valor Contábil Líquido	287.419	3.957	177.548	85.325	151.434	6.509	712.192

	Consolidado						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 01/01/2025							
Custo	198.688	39.498	332.644	187.931	678.530	25.366	1.462.657
Depreciação Acumulada	(103.353)	-	(164.588)	(100.982)	(409.405)	(21.755)	(800.083)
Valor Contábil Líquido	95.335	39.498	168.056	86.949	269.125	3.611	662.574
Aquisições Adoção Inicial CPC 06(R2)	455.883	-	-	-	8.657	4.007	468.547
Aquisições	49.946	47.077	30.206	7.923	30.461	756	166.369
Alienações – Baixas Custo	(79.726)	(312)	(8.570)	(2.113)	(52.980)	(107)	(143.808)
Alienações – Baixas da Depreciação	69.465	-	5.837	1.918	44.008	107	121.335
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(227.385)	-	-	-	(5.705)	(468)	(233.558)
Depreciação	(60.852)	-	(9.603)	(6.354)	(60.208)	(1.172)	(138.189)
Transferências Líquido Custo	(1)	(36.961)	-	2.380	34.584	(2)	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(306)	275	31	-
Movimentação Líquida no Período	207.330	9.804	17.870	3.448	(908)	3.152	240.696
Total em 30/09/2025							
Custo	624.790	49.302	354.280	196.121	699.252	30.020	1.953.765
Depreciação Acumulada	(322.125)	-	(168.354)	(105.724)	(431.035)	(23.257)	(1.050.495)
Valor Contábil Líquido	302.665	49.302	185.926	90.397	268.217	6.763	903.270

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os

contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Até 12 Meses	95.388	96.802
De 1 a 5 Anos	146.372	148.649
Acima de 5 Anos	8.164	8.165
Total ⁽¹⁾	249.924	253.616

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R\$82.079 (Nota 35a).

Nota 18 – Intangível

	Individual			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 01/01/2025				
Custo	314.697	1.576.337	658	1.891.692
Amortização Acumulada	(196.874)	(1.228.094)	(658)	(1.425.626)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	7.562	14.960	-	22.522
Alienações – Baixas Custo	-	(393)	-	(393)
Alienações – Baixas da Amortização	-	207	-	207
Amortização do Período	(20.244)	(143.047)	-	(163.291)
Movimentação Líquida no Período	(12.682)	(128.273)	-	(140.955)
Total em 30/09/2025				
Custo	322.259	1.590.904	658	1.913.821
Amortização Acumulada	(217.118)	(1.370.934)	(658)	(1.588.710)
Valor Contábil Líquido	105.141	219.970	-	325.111

	Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 01/01/2025				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.144)	(1.228.094)	(875)	(1.427.113)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	7.562	14.960	-	22.522
Alienações – Baixas Custo	(142)	(393)	-	(535)
Alienações – Baixas da Amortização	142	207	-	349
Amortização do Período	(20.244)	(143.047)	-	(163.291)
Movimentação Líquida no Período	(12.682)	(128.273)	-	(140.955)
Total em 30/09/2025				
Custo	323.387	1.590.904	875	1.915.166
Amortização Acumulada	(218.246)	(1.370.934)	(875)	(1.590.055)
Valor Contábil Líquido	105.141	219.970	-	325.111

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Individual 30/09/2025
Depósitos	23.459.137	6.388.427	7.925.227	29.372.549	15.495.924	13.854.130	96.495.394
À Vista	2.758.579	-	-	-	-	-	2.758.579
Poupança	10.987.659	-	-	-	-	-	10.987.659
Interfinanceiros	-	280.869	2.190.169	-	-	-	2.471.038
A Prazo ⁽¹⁾	-	6.107.558	5.735.058	29.372.549	15.495.924	13.854.130	70.565.219
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	9.700.953	-	-	-	-	-	9.700.953
Outros Depósitos	11.946	-	-	-	-	-	11.946
Captações no Mercado Aberto	-	23.188.305	-	-	-	-	23.188.305
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	2.919.888	2.464.003	3.958.920	36.275	-	9.379.086
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	1.496.808	1.496.808
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	443.714	1.679.534	212.754	31.644	8.165	2.375.811
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	193.648	814.147	1.425.510	775.835	565.489	3.774.629
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	3.503.289	2.441	-	-	3.505.730
Total	23.459.137	33.133.982	16.386.200	34.972.174	16.339.678	15.924.592	140.215.763

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Consolidado 30/09/2025
Depósitos	23.692.670	6.388.427	6.778.459	29.372.549	15.495.924	13.854.130	95.582.159
À Vista	2.756.082	-	-	-	-	-	2.756.082
Poupança	10.987.659	-	-	-	-	-	10.987.659
Interfinanceiros	-	280.869	2.190.169	-	-	-	2.471.038
A Prazo ⁽¹⁾	-	6.107.558	4.588.290	29.372.549	15.495.924	13.854.130	69.418.451
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	9.700.420	-	-	-	-	-	9.700.420
Outros Depósitos	248.509	-	-	-	-	-	248.509
Captações no Mercado Aberto	-	23.055.660	-	-	-	-	23.055.660
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	2.522.169	2.262.834	3.684.029	36.275	-	8.505.307
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	1.496.808	1.496.808
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	444.080	1.680.582	214.546	32.129	8.165	2.379.502
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	193.648	814.147	1.425.510	775.835	565.489	3.774.629
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	5.117.858	2.441	-	-	5.120.299
Total	23.692.670	32.603.984	16.653.880	34.699.075	16.340.163	15.924.592	139.914.364

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,52% e 17,48% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 62,62% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 34a).

(3) Em 16/09/2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), no montante de R\$300.000 com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. Em 11/08/2025 e 03/09/2025, o Banrisul realizou novas emissões de LFSN que totalizaram montante de R\$1.000.000, ambas com remuneração de CDI + 1,65% a.a., prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As LFSN estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do PR do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme CPC 06(R2).

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

			Individual
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2025
Relações Interfinanceiras	977.844	-	977.844
Relações Interdependências	221.130	-	221.130
Operações de Câmbio	126.195	-	126.195
Credores por Recursos a Liberar	54.531	-	54.531
Transações com Cartões a Pagar	1.213.917	-	1.213.917
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	737.938	-	737.938
Outros	171.734	2.441	174.175
Total	3.503.289	2.441	3.505.730

			Consolidado
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2025
Relações Interfinanceiras	793.167	-	793.167
Relações Interdependências	221.130	-	221.130
Operações de Câmbio	126.195	-	126.195
Negociação e Intermediação de Valores	2.922	-	2.922
Credores por Recursos a Liberar	54.667	-	54.667
Transações com Cartões a Pagar	1.213.917	-	1.213.917
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.394.403	-	2.394.403
Outros	311.457	2.441	313.898
Total	5.117.858	2.441	5.120.299

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Individual e Consolidado
	30/09/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo ⁽¹⁾	(83.452)
Operações de Swap (Nota 22)	(78.979)
Operações de Câmbio	(4.475)
Operações Futuros DI	2
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	1.607.666
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 22)	1.608.026
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	(360)
Total	1.524.214

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (Tier 2) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01/01/2027.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Individual e Consolidado				
Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo 30/09/2025
Swap		80.295	(1.316)	78.979
Ativo	1.493.020	118.632	(1.316)	117.316
Passivo	(1.493.020)	(38.337)	-	(38.337)
Futuros de DI ⁽¹⁾	964.813	696.671	268.142	964.813

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Individual e Consolidado				
Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Swap		78.979	-	78.979
Ativo	1.493.020	117.316	-	117.316
Passivo	(1.493.020)	(38.337)	-	(38.337)
Futuros de DI	964.813	964.813	-	964.813
Ajuste Líquido Swap 30/09/2025		78.979	-	78.979

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma “casada” com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset* (*ratio analysis*) para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

Individual e Consolidado						
Hedge e Risco de Mercado	Valor de Referência (US\$)	Index Ativo	Index Passivo	MTM	MTM DV1	Efeito MTM
Instrumento de Hedge						
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	52.579	52.567	12
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	26.400	26.395	5
Total				78.979	78.962	17
Objeto de Hedge						
Tier 2	300.000		USD+5,375%	(1.608.026)	(1.608.009)	(17)
DV01						-99,97%

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada pelo Banrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R\$76.538.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Individual			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.375	1.752.748	285.589	7.455
Constituição e Atualização Monetária	28.197	354.954	49.599	163
Reversão da Provisão	(275)	-	(11.771)	-
Baixas por Pagamento	(1.881)	(224.828)	(45.747)	-
Saldo Final em 30/09/2025	875.416	1.882.874	277.670	7.618
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/09/2025	165.041	921.508	152.561	-

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.648	1.755.876	289.917	7.455
Constituição e Atualização Monetária	28.210	354.864	49.833	163
Reversão da Provisão	(275)	(537)	(11.867)	-
Baixas por Pagamento	(1.881)	(224.830)	(45.827)	-
Saldo Final em 30/09/2025	875.702	1.885.373	282.056	7.618
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/09/2025	165.101	925.401	154.008	-

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As principais causas de natureza fiscal referem-se a:

- IR e CSLL sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na FBSS, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R\$846.495; e
- Outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável no montante de R\$1.244.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$923.642 e no Consolidado R\$963.246. Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Secretaria da

Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$244.737, classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$217.060 e como perda provável o montante de R\$27.677, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$816.741 e no Consolidado R\$818.638. Adicionalmente, o valor de R\$104.767 e no Consolidado R\$106.763 foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.159.925 e no Consolidado R\$1.166.958, que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$152.561 e no Consolidado R\$154.008.

Existem ainda R\$392.211 no Individual e no Consolidado relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas

em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, restando provisionado o valor de R\$7.618.

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	Individual	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	178.512	178.512
Obrigações Sociais e Estatutárias	120.639	120.988
Provisão de Pessoal	262.137	263.330
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	130.071	140.370
Credores Diversos	493.081	578.009
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	569.055	571.513
Provisões para Pagamentos a Efetuar	169.107	217.962
Rendas Antecipadas	107.212	107.210
Outros	3.920	5.419
Total	2.033.734	2.183.313

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 33e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.300.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/09/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Conversões/(Transferências)	(10.305)	-	-	-	(105)	-	(10.410)	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/09/2025	1	-	11	-	-	-	12	-
Outros								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Conversões/(Transferências)	10.305	-	-	-	105	-	10.410	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/09/2025	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Total em 01/01/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 30/09/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$290.000 referente aos JSCP do período de reporte, imputado aos dividendos líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$130.500.

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2024 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Administração de Fundos	52.146	102.327
Cobrança e Custódia	41.996	42.013
Administração de Consórcios	-	89.721
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	394.515
Arrecadação	22.967	22.967
Comissões de Corretagem de Seguros	-	228.100
Cartão de Crédito	175.092	182.053
Serviços de Conta Corrente	445.377	458.678
Outras	30.581	58.761
Total	768.159	1.579.135

Nota 27 – Despesas de Pessoal

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Remuneração Direta	1.000.502	1.011.734
Benefícios	333.654	335.308
Encargos Sociais	433.688	436.192
Treinamento	4.926	5.015
Participações dos Empregados no Resultado	205.684	205.684
Total	1.978.454	1.993.933

Nota 28 – Outras Despesas Administrativas

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Comunicações	52.079	55.136
Processamento de Dados	197.208	202.455
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	104.055	104.055
Amortização e Depreciação	268.618	301.480
Aluguéis e Condomínios	35.291	34.346
Serviços de Terceiros	341.330	363.596
Serviços Técnicos Especializados	162.145	172.349
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	112.969	126.837
Manutenção e Conservação de Bens	88.840	89.161
Água, Energia e Gás	23.680	24.158
Serviços do Sistema Financeiro	30.287	31.812
Outras	85.204	89.639
Total	1.501.706	1.595.024

(1) É composto principalmente por R\$47.183 e no Consolidado R\$59.176 de despesa com propaganda institucional e R\$62.420 e no Consolidado R\$62.976 de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 29 – Outras Receitas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	162.106	17.053
Reversão de Provisões Operacionais	31.219	31.554
Tarifas Interbancárias	12.103	12.103
Títulos de Créditos a Receber	20.729	20.747
Receitas Diversas com Cartões	16.160	16.160
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	20.377	21.696
Atualização de Depósitos Judiciais	63.748	63.930
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	227.134
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	36.525	36.525
Atualização de Ativo Atuarial	26.160	26.277
Outras	30.362	36.659
Total	419.489	509.838

Nota 30 – Outras Despesas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	64.711	64.711
Despesas com Cartões	7.379	7.379
Convênio INSS	225.430	225.430
Convênios Crédito Consignado	6.874	6.874
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	10.977	10.977
Despesas Associados a Transações de Pagamento	4.552	104.690
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	9.186	9.186
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	6.507	6.507
Bônus Banrisul de Vantagens	26.400	26.400
Tarifas Não Recebidas	17.994	17.994
Atualização de Passivo Atuarial	36	56
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	16.186	16.186
Outras	40.576	52.331
Total	436.808	548.721

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	977.367	1.254.812
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(439.815)	(477.619)
Efeito no Cálculo dos Tributos	409.943	170.779
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	130.500	130.500
Resultado de Equivalência Patrimonial	272.758	31.184
Outros Valores	6.685	9.095
IR e CSLL	(29.872)	(306.840)
Corrente	1.548	(292.873)
Diferido	(31.420)	(13.967)

Nota 32 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	Individual e Consolidado
	01/01 a 30/09/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	947.495
Ações Ordinárias	475.010
Ações Preferenciais A	3.331
Ações Preferenciais B	469.154
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$	
Ação Ordinária	2,32
Ação Preferencial A	2,43
Ação Preferencial B	2,32

Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Instrução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 30/06/2025	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,67	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	100,00
Inflação Esperada	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58
Taxa de Desconto Nominal	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,41	4,58	7,37	7,37	6,91	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,37
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,89	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	5,63	5,63	4,58
Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As Hipóteses Demográficas de 30 de junho de 2025 permanecem as mesmas informações divulgadas em 31 de dezembro de 2024 conforme abaixo:

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 30/06/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por

invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

30/06/2025		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	0,01	-	-	0,05
Renda Fixa	79,90	80,04	77,32	79,60	83,62	98,94
Renda Variável	6,23	4,20	4,18	3,02	4,21	1,01
Imóveis	6,48	3,82	-	1,32	6,69	-
Outros	7,39	11,94	18,49	16,06	5,48	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2024		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$3.282 (31/12/2024 – R\$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R\$163.762 (31/12/2024 – R\$163.762).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	30/06/2025	31/12/2024
Planos de Previdência	440.200	360.094
PBI	367.253	332.368
PBS	48.334	3.157
FBPREV	(6)	(2)
FBPREV II	(72)	(68)
FBPREV III	24.691	24.639
Planos de Saúde	(185.374)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	129.416	123.321
Total	384.242	310.468

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.125.757	1.283.678	19.163	213.994	316.313	185.374	129.416
Valor Justo dos Ativos do Plano	(758.504)	(1.235.344)	(40.341)	(292.327)	(312.396)	(381.326)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	367.253	48.334	(21.178)	(78.333)	3.917	(195.952)	129.416
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.172	78.261	-	10.578	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	20.774	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	367.253	48.334	(6)	(72)	24.691	(185.374)	129.416

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Resultado no Período – 01/01/2025 a 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.188	5.098	2.204	899	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	20.136	(87)	54	146	1.506	(11.146)	8.268

Resultado do Exercício – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.573	(7.476)	(15.551)	(4.409)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	38.493	49.798	229	68	96	5.266	2.609

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	20.136	(87)	54	146	1.506	(11.146)	8.268
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	38.493	49.798	229	68	96	5.266	2.609
Contribuições do Empregador	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	(6.547)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(4.782)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	367.253	48.334	(6)	(72)	24.691	(185.374)	129.416

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	93.035	60.137	1.038	10.255	20.488	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(38.436)	(4.733)	(295)	(219)	(1.192)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(758.504)	(1.235.344)	(40.341)	(292.327)	(312.396)	(381.326)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Contribuições de Participante Realizadas no Período	38.436	4.733	295	219	1.192	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Benefícios Pagos no Período	(93.035)	(60.137)	(1.038)	(10.255)	(20.488)	(6.547)	(4.782)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.125.757	1.283.678	19.163	213.994	316.313	185.374	129.416

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	8	-	249	(387)	(14)	812	1.845
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	62.368	71.295	1.062	11.852	17.444	10.691	6.061
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(42.175)	(68.781)	(2.325)	(16.478)	(17.301)	(22.850)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1.279	4.686	1.255	633	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	20.201	2.514	265	(327)	1.384	(10.714)	7.906

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	23.744	5.227	160	598	1.445	7.163	-
Contribuições do Participante	38.436	5.227	160	598	1.445	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	93.035	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	28.310

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2025	110.436	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	28.310
2026	207.429	129.119	1.964	18.730	37.991	13.886	33.242
2027	202.024	127.570	1.960	18.580	36.841	14.167	9.669
2028	195.201	125.604	1.920	18.363	35.643	14.387	8.845
2029	190.012	123.564	1.896	18.174	34.415	14.631	10.579
2030 a 2034	836.029	581.905	9.307	87.271	152.534	73.189	19.836

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
30/06/2025	6,90	8,76	7,50	9,17	7,55	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,62	10,65	5,25
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

Quantidade de Participantes – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	114	318	4.897	2.526	102	1.437	312	7.186	9.138
Assistidos	2.884	2.559	106	2.237	1.469	7.366	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.082	6.556	-
Total	2.998	2.877	5.003	4.763	1.571	8.803	3.394	13.742	9.138

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(35.081)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	37.349
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(26.779)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.191
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(50.051)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	53.983
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(31.267)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	34.840
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(663)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	710
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(936)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	943
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.420)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.118
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(2.683)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.026
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.277)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.992
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(7.612)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.306
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(7.824)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.560
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.913)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.367
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.134)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.382
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(234)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	235

Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$16.244.965, dos quais R\$9.895.835 foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Individual e Consolidado
	30/09/2025
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	20.597.475
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	47.793
Fundos de Ações	124.579
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.208
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	15.064.085
Carteiras Administradas	501.929
Total	36.346.069

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 125 grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 73.960 consorciados ativos.

Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias. O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23/07/2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;
- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: referem-se principalmente às empresas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;
- Empresas Controladas e Coligadas do Banrisul: conforme relacionado na Nota Explicativa 2b.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Individual	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.453.056)	(1.527.534)
Outros Ativos	5.082	-
Depósitos à Vista	(383.084)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(15.064.085)	(1.527.534)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(10.969)	-
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(2.982.354)	(31.211)
Outros Ativos Financeiros	67.843	-
Outros Ativos	29.364	46.835
Depósitos à Vista	(2.496)	-
Depósitos a Prazo	(1.183.269)	(38.620)
Captações no Mercado Aberto	(132.646)	(4.577)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(837.810)	(32.018)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽³⁾	(922.595)	-
Outros Passivos	(745)	(2.831)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(71.110)	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(71.110)	-
Total	(18.506.520)	(1.558.745)

	Consolidado	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.453.056)	(1.527.534)
Outros Ativos	5.082	-
Depósitos à Vista	(383.084)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(15.064.085)	(1.527.534)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(10.969)	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	-	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(71.110)	-
Total	(15.524.166)	(1.527.534)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Refere-se a contratos de *leasing* financeiro.

(3) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração do Banrisul, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 30/09/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	18.205
Remuneração	14.181
Encargos Sociais	4.024
Benefícios Pós-Emprego	747
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	747
Total	18.952

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, sendo pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000 em 28/04/2025.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 12 ações, conforme Nota 25a.

Nota 36 – Outras Informações**a) Resultado não Recorrente**

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

Relatórios

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2025. À vista das informações e dos esclarecimentos prestados pela Administração, e dos relatórios sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB – emitidos pela Deloitte Auditores Independentes, nesta data, concluem não terem conhecimento de fato algum que os leve a acreditar que os documentos anteriormente citados não foram elaborados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2025.

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente

André Flores Coronel
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheira

Mateus José de Lima Wesp
Conselheiro

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco, em 30 de setembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 (b) às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos*Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas*

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. nessa data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, sem modificação, com data de 10 de novembro de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
KALIL SEHBE NETO
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
SERGIO LADEIRA FURQUIM WERNECK FILHO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

